

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ  
CAMPUS DE CAMPO MOURÃO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR  
SOCIEDADE E DESENVOLVIMENTO – PPGSeD**

**FRANCISCA MARIA DA SILVA**

**HORTAS COMUNITÁRIAS URBANAS E FAMÍLIAS EM  
VULNERABILIDADES NO MUNICÍPIO DE SARANDI/PR:  
IMPLICAÇÕES ECONÔMICAS, SOCIAIS E AMBIENTAIS**

**CAMPO MOURÃO  
2023**

**FRANCISCA MARIA DA SILVA**

**HORTAS COMUNITÁRIAS URBANAS E FAMÍLIAS EM  
VULNERABILIDADES NO MUNICÍPIO DE SARANDI/PR:  
IMPLICAÇÕES ECONÔMICAS, SOCIAIS E AMBIENTAIS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD) da Universidade Estadual do Paraná (Unespar), como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Sociedade e Desenvolvimento.

**Linha de Pesquisa 2:** Formação humana, políticas públicas e produção do espaço

**Orientador:** Prof. Dr. Adilson Anacleto

**CAMPO MOURÃO – PR  
2023**

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de Bibliotecas da UNESPAR e Núcleo de Tecnologia de Informação da UNESPAR, com Créditos para o ICMC/USP e dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Silva, Francisca Maria da  
Hortas Comunitárias Urbanas e Famílias em Vulnerabilidades no Município de Sarandi/PR: Implicações Econômicas, Sociais e Ambientais / Francisca Maria da Silva. -- Campo Mourão-PR, 2023.  
64 f.: il.

Orientador: Adilson Anacleto.  
Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação Mestrado Acadêmico Interdisciplinar: "Sociedade e Desenvolvimento") -- Universidade Estadual do Paraná, 2023.

1. Agricultura Urbana. 2. Políticas Públicas. 3. Pobreza. 4. Anacleto, Adilson (orient). 5. Título. I - Anacleto, Adilson (orient). II - Título.

FRANCISCA MARIA DA SILVA

**HORTAS COMUNITÁRIAS URBANAS E FAMÍLIAS EM  
VULNERABILIDADES NO MUNICÍPIO DE SARANDI/PR:  
IMPLICAÇÕES ECONÔMICAS, SOCIAIS E AMBIENTAIS**

**BANCA EXAMINADORA**

Prof. Dr. Adilson Anacleto (Orientador) – UNESPAR/Campo Mourão



Prof. Dr. Alessandro Vinicios Schneider – UNIOESTE/Marechal Cândido Rondon



Prof. Dra. Andréa Machado Groff – UNESPAR/Campo Mourão



Prof. Dra. Priscila Luciene Santos de Lima – UNISBA/Bahia



Data de Aprovação  
11/05/2023

Campo Mourão – PR

## **DEDICATÓRIA**

Aos Horticultores das Hortas Comunitárias Urbanas do Município de Sarandi – PR, que contribuíram para a realização desta Pesquisa.

## **AGRADECIMENTOS**

Ao orientador Dr. Adilson Anacleto por todo ensinamento e apoio para a construção desta pesquisa.

Aos professores e professoras, Ana Paula Colavite, Claudia Chies, Carlos Alexandre Molena Fernandes, Cleverson Molinari Mello, Fred Maciel, Fabiane Freire França, Marcos Clair Bovo do Programa de Pós Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD) que contribuíram diretamente para meu aprendizado durante as disciplinas ministradas.

A Cinthya Gimenes Lopes (Secretária), Sara Regina de Godoi (Diretora de Geração Trabalho Renda e Turismo), Antoni Eber Estigarribia de Moraes (Diretor de Indústria e Comércio) e Vicente de Paula de Oliveira (Coordenador Geral das Hortas Comunitárias) - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico (SMDE) que autorizaram realizar esta pesquisa de Campo.

Ao Sr. Carlos Klichowski idealizador do Projeto das Hortas Comunitárias Urbanas no Município de Sarandi.

A minha filha Izadora da Silva Sanches que compreendeu minhas ausências para a realização deste trabalho.

Ao namorado Valdir da Silva Oliveira que desde o início desta Pesquisa esteve ao meu lado apoiando para a conclusão deste trabalho.

Aos colegas do Serviço Municipal de Saneamento Ambiental – SMSA – Autarquia Águas de Sarandi, Michel Caldato, Luciano Eduardo da Silva, Leandro Urbano Jaques, que contribuíram indiretamente com esta Pesquisa.

**GRATIDÃO A TODOS!!!**

SILVA, Francisca Maria da. **Hortas Comunitárias Urbanas e Famílias em Vulnerabilidades no Município de Sarandi-PR: implicações econômicas, sociais e ambientais.** 64 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento, Universidade Estadual do Paraná, Campus de Campo Mourão, Campo Mourão, 2023.

## RESUMO

A Insegurança Alimentar e Nutricional no Brasil e no Mundo é um problema crônico, porque milhares de famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica não tem acesso a alimentos saudáveis e nutritivos. As hortas comunitárias em áreas urbanas se tornam uma importante alternativa para essa questão, pois oferecem acesso de baixo custo e alimentos saudáveis, promovendo um bem-estar social e coletivo diante da interação entre os horticultores. A pesquisa tem caráter exploratória descritiva quantitativa e qualitativa e como objetivo promover um diagnóstico relativo as famílias empobrecidas envolvidas com a produção de hortas comunitárias urbanas no Município de Sarandi-Paraná, avaliando sua perspectiva de sustentabilidade socioeconômica e ambiental no combate à pobreza. Iniciou-se a pesquisa de campo entre o mês de março e outubro de 2022, foi desenvolvida por entrevista técnica e semiestruturada qualitativa e quantitativa. No total, foram entrevistados 59 horticultores e o estudo mostrou que a maioria dos horticultores são de fato classificados como pessoas em situação de vulnerabilidade social. Quanto ao grupo de produção, a maioria são do sexo masculino, pessoas idosas e casadas, a comercialização das hortaliças se dá nos diversos espaços urbanos, como os comércios locais, as ruas. Com relação ao preço das hortaliças, é considerado justo e satisfatório. A atividade de Agricultura Urbana promove a qualidade de vida dos horticultores e desenvolve a produção de alimentos orgânicos. Para as famílias em vulnerabilidade social, contribui para as transformações sociais e econômicas na comunidade local.

**Palavras-chave:** Agricultura Urbana, Políticas Públicas, Pobreza, Geração de Renda.

SILVA, Francisca Maria da. **Urban Community Vegetable Gardens and Families in Vulnerabilities in the Municipality of Sarandi-PR: economic, social and environmental implications.** 64 f. Dissertation (Master) – Society and Development Interdisciplinary Postgraduate Program, State University of Paraná, Campo Mourão Campus, Campo Mourão, 2023.

## **ABSTRACT**

Food and Nutritional Insecurity in Brazil and in the World is a chronic problem, because thousands of families in a situation of socioeconomic vulnerability do not have access to healthy and nutritious food. Community vegetable gardens in urban areas become an important alternative to this issue, as they offer low-cost access to healthy food, promoting social and collective well-being in the face of interaction between horticulturists. The research has an exploratory, descriptive, quantitative and qualitative nature, and aims to promote a diagnosis regarding the impoverished families involved in the production of urban community vegetable gardens in the Municipality of Sarandi-Paraná, evaluating their perspective of socioeconomic and environmental sustainability in the fight against poverty. The field research began between March and October 2022, it was developed by means of a technical and semi-structured qualitative and quantitative interview. In total, 59 horticulturists were interviewed, and the study showed that most horticulturists are in fact classified as people in a situation of social vulnerability. About the production group, most are male, elderly and married, the sale of vegetables takes place in various urban spaces, such as local shops, streets. With respect to the price of vegetables, it is considered fair and satisfactory. The Urban Agriculture activity promotes the quality of life of horticulturists and develops the production of organic food. For families in social vulnerability, it contributes to social and economic transformations in the local community.

**Keywords:** Urban Agriculture, Public Policies, Poverty, Income Generation.

## LISTAS DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ART.	Artigo
AUP	Agricultura Urbana e Periurbana
CAIC	Centro de Atenção Integral à Criança e Adolescente
CNA	Conselho Nacional de Alimentação
COBAL	Companhia Brasileira de Alimentos
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar
COVID-19	Doença do Coronavírus
ELETROSUL	Companhia de Geração e Transmissão de Energia Elétrica do Sul
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura
FAT	Fundo de Amparo ao Trabalhador
IA	Insegurança Alimentar
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDR	Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná
IGF	Índice Global da Fome
INAN	Instituto Nacional Alimentar e Nutricional
INSAN	Insegurança Alimentar e Nutricional
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IR	Índice de Relevância
LOAS	Lei Orgânica de Assistência Social
LOSAN	Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional
MESA	Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PAA	Programa de Agricultura Alimentar
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PNSAN	Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
PPGSeD	Pós Graduação do Programa Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento
SAPS	Serviço de Alimentação da Previdência Social
SISAN	Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
SISVAN	Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional

UEM

Universidade Estadual de Maringá

UNESPAR

Universidade Estadual do Paraná

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa do Município de Sarandi	33
Figura 2 – Horta Comunitária – Jardim Monte Rey	34
Figura 3 – Programa de Hortas Comunitárias	35
Figura 4 – Estrutura física	39
Figura 5 – Sistema de produção	44
Figura 6 – Caixa de água para irrigação	45

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Comparação entre renda obtida mensalmente e gênero	36
Tabela 2 – Comparação entre renda obtida mensalmente e idade	36
Tabela 3 – Comparação entre renda obtida mensalmente e estado civil	36
Tabela 4 – Comparação entre renda obtida mensalmente e escolaridade	37
Tabela 5 – Principais adubos usados na produção de hortícolas	38
Tabela 6 – Significado de atuar nas hortas na auto percepção dos entrevistados	40
Tabela 7 – Principais espécies alimentares produzidas nas hortas urbanas	42
Tabela 8 – Matriz de impacto cruzado relativo aos fatores positivos de atuar nas hortas comunitárias na auto percepção dos entrevistados	43
Tabela 9 – Matriz de impacto cruzado relativo aos fatores negativos de atuar nas hortas comunitárias na auto percepção dos entrevistados	43

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
<b>1.1. Metodologia .....</b>	<b>13</b>
<b>2 HORTAS COMUNITÁRIAS URBANAS NO BRASIL.....</b>	<b>16</b>
<b>2.1 Política Pública de Agricultura Urbana e Periurbana.....</b>	<b>16</b>
<b>2.1.1 Política Pública de Segurança Alimentar .....</b>	<b>22</b>
<b>2.1.2 Política Pública de Geração de Renda .....</b>	<b>26</b>
<b>2.1.3 Hortas Comunitárias Urbanas, Segurança Alimentar e Geração de Renda as famílias em vulnerabilidade social e econômica .....</b>	<b>29</b>
<b>3 HORTAS COMUNITÁRIAS URBANAS NO MUNICÍPIO DE SARANDI .....</b>	<b>32</b>
<b>3.1 Característica do Município de Sarandi .....</b>	<b>32</b>
<b>3.1.2 Programa de Hortas Comunitárias Urbanas .....</b>	<b>33</b>
<b>3.1.3 Caracterização socioeconômica dos participantes .....</b>	<b>34</b>
<b>3.1.4 Estrutura física, recursos naturais e econômicos .....</b>	<b>36</b>
<b>3.1.5 Horticultores em Sarandi e vulnerabilidade social .....</b>	<b>38</b>
<b>3.1.6 Sistemas de produção entre orgânico e convencional .....</b>	<b>40</b>
<b>3.1.7 Irrigação da produção.....</b>	<b>44</b>
<b>3.1.8 Associativismo informal e organização de horticultores.....</b>	<b>44</b>
<b>4 HORTAS COMUNITÁRIAS URBANAS E A POBREZA EM SARANDI.....</b>	<b>45</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>56</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>58</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A agricultura urbana desempenha uma função expressiva nas áreas social, econômica, ecológica e pedagógica, permitindo a geração de renda às famílias pobres, o desenvolvimento comunitário e local, a melhora da segurança alimentar e nutricional, a educação ambiental, a educação em saúde, além de promover a sustentabilidade e a qualidade de vida urbana. (FREIRE *et al*, 2016, p.4).

De acordo com Santandreu e Lovo (2007, p. 11), o objetivo de produção, consumo e comercialização, ou seja, um conceito multidimensional, da Agricultura Urbana e Periurbana são produtos originados da agricultura como as hortaliças, as frutas, as plantas medicinais e ornamentais, advindos do agro extrativismo, e também pecuários como os animais de pequeno, médio e grande porte. É fundamental que essas atividades possam ser executadas nos espaços urbanos ou peri urbanos vazios, respeitando o conhecimento empírico, os saberes locais, a diversidade cultural, promovendo a participação. É também necessário melhorar o meio ambiente e o território, promover a equidade de gênero e o respeito às condições étnicas e socioculturais, combater à pobreza e a fome, promover a inclusão social e a governabilidade participativa (SANTANDREU; LOVO, 2007).

Assim, este estudo se justifica na medida que poderá fornecer elementos para o desenvolvimento de novas pesquisas sobre a temática, principalmente frente à insuficiência de estudos que abordem as hortas comunitárias, tema tão relevante socialmente e ainda pouco explorado a nível científico no combate à fome que assola grande parte da população brasileira, como mostra o Índice Global da Fome (IGF). Logo, é uma ferramenta para medir e acompanhar a fome de forma abrangente a nível global, regional e nacional. As pontuações do IGF baseiam-se nos valores de quatro indicadores: subalimentação, desnutrição, raquitismo e mortalidade infantil. Este estudo indica que, em 2020, mais de 155 milhões de pessoas estavam em situação de insegurança alimentar no Mundo, realidade resultante dos problemas estruturais, da guerra e das mudanças climáticas. O IGF também mostra que o Brasil está na 20ª posição, com o índice menor que (<5) e apresenta uma situação de baixa gravidade diante dos demais países da América Latina (GREBMER; BERNSTEIN, *et al.*, 2011, p. 25-41).

Esta dissertação de mestrado tem como objetivo geral promover um diagnóstico relativo as famílias empobrecidas envolvidas com a produção de hortas urbanas, avaliando sua perspectiva de sustentabilidade socioeconômica e ambiental no combate à pobreza. Enquanto os objetivos específicos, necessários para a realização do objetivo principal, são: a) caracterizar o grupo de produção em termos socioambientais; b) compreender o sistema de produção das

hortas comunitárias, evidenciando os impactos ambientais; c) analisar as limitações e as potencialidades do sistema de produção-consumo-comércio das hortas comunitárias e os impactos na sobrevivência da família; d) compreender a repercussão das hortas comunitárias na redução da pobreza das famílias que desenvolvem esta atividade.

### **1.1. Metodologia**

A pesquisa tem caráter exploratório descritivo e aborda nove hortas comunitárias em atividades, instaladas nos bairros Jardim Monte Rey, Jardim Nova Aliança I e II, Horta CAIC I e II, Jardim Ana Elisa, Jardim Paulista, Conjunto Habitacional José Richa, Conjunto Habitacional Mauá. Elas somam um total de 887 canteiros nos quais 296 famílias cadastradas cultivam hortaliças (leguminosas, raízes, tubérculos, rizomas) alguns condimentos e plantas medicinais. Após a aprovação desta proposta pelo Comitê de Ética do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD), iniciou-se a pesquisa de campo que ocorreu entre os meses de março e outubro de 2022. Foram entrevistados 59 horticultores por demanda espontânea. O estudo foi desenvolvido por entrevista técnica e semiestruturada qualitativa e quantitativa, com coleta de dados que incluía, entre outras questões, idade, escolaridade, estado civil, sexo e inclusão em programas governamentais.

Conforme Minayo *et al.* (2002) a entrevista técnica, que pode ser de natureza individual ou coletiva, é o procedimento por meio do qual pode-se obter dados objetivos e subjetivos, porquanto se trata de uma coleta de fatos relatados pelos sujeitos envolvidos na realidade em que estão inseridos. Segundo Gil (2002, p. 41), as pesquisas exploratórias têm como objetivo principal ajustar maior afinidade com o problema, com vistas a torná-lo mais claro ou formar hipóteses. Desse modo, elas possuem planejamento flexível e envolvem levantamento bibliográfico e entrevistas com pessoas inseridas no problema pesquisado, o que justifica a presente pesquisa ser de teor exploratório. Também é descritiva porque descreve as características e as percepções dos entrevistados, estabelecendo relações entre as variáveis observadas.

De acordo com Minayo *et al.* (2002), os dados qualitativos e quantitativos interagem dinamicamente entre si e aprofundam-se nas ações e relações humanas. Essas abordagens são necessárias e complementares devido à insuficiência para abordar toda a realidade, como apontam Brüggemann e Parpinelli (2008), porque a abordagem quantitativa é de teor objetivo e a qualitativa é perpassada pela subjetividade, ambas permitem que as relações sociais possam ser analisadas a partir de seus diferentes aspectos.

Após finalizada a coleta de dados, foi adotada a análise interpretativa, realizada por meio da técnica de triangulação de dados com agrupamentos similares (VERGARA, 2015), classificando elementos que possam ser percebidos como similares ou relativamente homogêneos com base no conjunto de questões pesquisadas. Assim, busca-se homogeneizar os objetos possíveis dentro de grupos e, simultaneamente, maximizar a heterogeneidade entre os grupos investigados.

Para a análise interpretativa por meio da técnica de triangulação de dados com agrupamentos similares das repostas emitidas pelos entrevistados, foi utilizado dados tabulados do Editor de planilhas do Excel, adoção de estatística descritiva sobre níveis de produção e fatores de influência na produção, matriz de impacto cruzado.

A matriz de impacto cruzado atribui valores de 0 a 100 a cada opinião dada pelos entrevistados individualmente, e, posterior, as informações são cruzadas coletivamente. A matriz gera um Índice de Relevância (IR): a) Índice de relevância da situação avaliada; b) índice de influência recebida; c) índice de influência provocada; d) somatória dos índices. (ANACLETO; NEGRELLE, 2013, p. 125).

Desse modo, o problema principal que deu origem a essa pesquisa teve como ponto de partida o seguinte questionamento: O cultivo em hortas comunitárias pode se constituir uma alternativa sustentável no combate ao empobrecimento de famílias socialmente vulneráveis em áreas urbanas?

A fim de responder à problemática levantada, a metodologia escolhida para esta dissertação se divide em duas fases: na primeira, foi realizado uma revisão sistemática sobre a temática por meio de levantamento bibliográficos, livros, artigos científicos e dissertações, nas áreas do conhecimento Interdisciplinar: Serviço Social, Gestão Ambiental, Agronomia, Geografia, Administração, Ciências Biológicas e Políticas Públicas.

A segunda fase tratou da caracterização do grupo de produção em termos socioambientais, assim como de sua dependência econômica frente ao recurso de produção nas hortas comunitárias urbanas, os impactos destas no meio ambiente, e, também, do procedimento da pesquisa de campo, por meio de levantamento de dados e do perfil socioeconômico, com o objetivo de observar as implicações derivadas das questões socioeconômicas (renda).

Também foi analisada, com o uso de respostas similares e percentuais, a caracterização biofísica do local, o tipo de solo, a rede hidrográfica, o uso do solo, a estrutura física das hortas comunitárias, os recursos naturais disponíveis, os equipamentos, os instrumentos de usos individual e coletivo e as variedades de hortaliças cultivadas. Os resultados permitiram uma análise sob o enfoque interdisciplinar, evidenciando as limitações e as potencialidades do

sistema de produção, o consumo e o comércio originário das hortas comunitárias e seus impactos na sobrevivência da família e no combate à pobreza em áreas urbanas.

Esta pesquisa foi organizada em quatro seções: a primeira inicia-se com a Introdução; a segunda contextualiza a temática sobre Hortas Comunitárias Urbanas no Brasil, percorrendo as Políticas Públicas de Agricultura Urbana e Periurbana, Política Pública de Segurança Alimentar e Nutricional, Política Pública de Geração de Renda; a terceira seção traz as Hortas Comunitárias Urbanas no Município de Sarandí, caracterizando o grupo de Horticultores, o Programa de Horta Comunitária Urbana e as Famílias em Vulnerabilidade por meio de levantamento e análise de dados, sistematização da estrutura física, discorrendo sobre os recursos naturais disponíveis e os resultados obtidos.

Na quarta seção, a partir de uma análise interdisciplinar sobre a Horta Comunitária Urbana, identifica-se a percepção dos horticultores sobre esses espaços, obtendo uma revisão sistemática de produção que evidenciam os impactos ambientais e sociais. Por fim, nas Considerações Finais, é avaliada a efetivação do Programa das Hortas Comunitárias Urbanas, além de tratar sobre uma avaliação social acerca da importância do Programa para as famílias cadastradas, mostrando qual o motivo de adesão e a avaliação econômica dos preços das hortaliças orgânicas cultivadas em comparação às hortaliças convencionais.

## 2 HORTAS COMUNITÁRIAS URBANAS NO BRASIL

As Hortas Comunitárias Urbanas são de fundamental importância para garantir alimentos saudáveis, nutritivos, de baixo custo e gerar renda para as famílias em vulnerabilidade socioeconômica. As atividades realizadas nas hortas, movimentam a economia local, contribuem no orçamento familiar, promovem a sustentabilidade urbana e fortalecem os vínculos comunitários.

### 2.1 Política Pública de Agricultura Urbana e Periurbana

O Brasil possui uma enorme desigualdade social e grande parte da população não tem acesso à alimentação saudável, qualidade de vida e saúde digna. Historicamente, no interior e nas margens das cidades, havia práticas e atividades voltadas à Agricultura Urbana, ao cultivo de hortaliças por meio das hortas urbanas, estas hortas, na sua tradição, asseguravam a produção de alimentos hortícolas e pecuários devido à necessidade de sobrevivência ou de comercialização. Posteriormente, a prática deixou de ser executada porque surgiu um novo modelo de planejamento e ordenamento urbano (FREIRE *et al.*, 2016).

Ao planejar os espaços urbanos para a prática de Agricultura Urbana e Periurbana (AUP) esses espaços contribuem para potencializar, administrar e planejar a sustentabilidade, o manejo da fauna e flora e do meio ambiente, além de facilitar o acesso à alimentação, ao emprego e ao saneamento. Dessa forma, uma das ferramentas estratégicas para promover o auto sustento das famílias em vulnerabilidades trata-se das atividades de agricultura urbana (MACHADO; MACHADO, 2002).

Esta é organizada por um conjunto de práticas em áreas limitadas que demandam acesso a lotes urbanos e áreas naturais para as atividades de cultivo e extrativistas de determinados grupos, possibilitando a diversidade do uso dos vazios urbanos e do solo, o que leva ao restabelecimento do seu valor de uso e do significado da matéria prima para o cultivo de alimentos. Esse contexto favorece a construção da autonomia dos horticultores, o que, por sua vez, contribui para o acesso à renda. Assim,

É um desafio pensar e operacionalizar o acesso ao solo urbano que lhe devolva o valor de uso, permitindo a inserção da população urbana pobre na economia urbana, e favorecendo a criação de meios de reprodução da condição de morador da cidade. A agricultura urbana é uma provocação ao pensamento que considera impossível a emergência de um novo ambiente urbano em que o habitat humano e os processos naturais coexistam. Os contextos e

argumentos apresentados contribuíram para legitimar a agricultura urbana como objeto de intervenção pública, que apresenta benefícios potenciais e que pode ser realizada por meio do uso de uma variedade de espaços urbanos e de contextos culturais. (COUTINHO; COSTA, 2011, p. 86).

Como prioridade no combate à fome e à pobreza, implementou-se Políticas Públicas de Segurança Alimentar e Nutricional com o objetivo de efetivar melhoria nas condições sociais das famílias em vulnerabilidades. O fortalecimento da participação social chamou a atenção dos gestores para a retomada do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), contribuindo para a definitiva introdução da questão agroalimentar e da fome como temas prioritários na Agenda Política Nacional (MALUF; MENEZES, *et al.*, 1996).

Assim, o acesso à alimentação é fundamental e um direito que constitui a vida, e a ordem econômica ou política não justifica sua negação. Por isso, um dos objetivos da segurança alimentar é a constituição de ações sociais emergenciais, visando assegurar o acesso e a disponibilidade de alimento sustentáveis, saudáveis e com qualidade ao consumidor (MALUF; MENEZES, *et al.*, 1996). Segundo Maluf, Menezes *et al.* (1996):

O reconhecimento de que a incapacidade de acesso é o principal fator determinante do atual quadro de insegurança alimentar no Brasil, não deve servir para que se subestime a importância das políticas que assegurem a disponibilidade de alimentos. Para que haja segurança alimentar, é necessário que a disponibilidade de alimentos seja suficiente, gerando-se uma oferta capaz de atender às necessidades de consumo de toda a população. Por outro lado, o sistema alimentar deve ser estável, não sofrendo flutuações na oferta e na demanda de alimentos, ao longo do tempo, que ameacem o adequado atendimento daquelas necessidades alimentares. Deve, também, o sistema alimentar possuir uma autonomia de tal ordem, que não o faça depender incondicionalmente de importações para suprir a demanda de alimentos (MALUF; MENEZES, *et al.*, 1996, p. 72).

A segurança alimentar tem que garantir as necessidades da população, para tanto é necessário a disponibilização de alimentos a longo prazo, sem comprometer os recursos naturais renováveis e não renováveis. As novas formas de cultivo agrícola trazem desafios para o âmbito ambiental por ser uma atividade que causa impacto direto e indireto, provocando mudança na vegetação natural. De acordo com Altieri (2004) o sistema de cultivo (plantas, animais, solo, água, clima e população) e as técnicas adequadas associadas ao Nicho Ecológico, social e econômico complementam uns aos outros, obtendo maior sinergia. Nos últimos anos o debate sobre sustentabilidade e novas formas de cultivo agrícola vem crescendo gradativamente, na busca por um padrão de consumo sustentável na Agricultura Urbana, com o objetivo de

desenvolver os aspectos sociais, econômicos e ambientais equilibradamente, sem comprometer os recursos naturais de forma predatória (MALUF; MENEZES, *et al.*, 1996).

Nesse contexto, a Política de Segurança Alimentar e Nutricional se institucionaliza após a promulgação da Lei nº. 11.346/2006, Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), possibilitando a criação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN). Tal Sistema Intersectorial de Gestão de Políticas Públicas estabelece as bases para a construção do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, o qual contém as diretrizes para a execução no âmbito Federal, Estadual e Municipal (BRASIL, 2009).

Branco e Alcântara (2011) afirmam que, a partir de 2008, a implementação de incentivos de Segurança Alimentar no Brasil, por meio das Hortas Urbanas e Periurbanas, torna-se uma estratégia de combate à fome e à pobreza. Enquanto que para Pellizon (2017), além dessa característica, as hortas também se configuram um relevante instrumento para o enfrentamento das comunidades em vulnerabilidade social dentro dos espaços urbanos.

A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) determina que a agricultura sustentável deve atender as necessidades presentes e futuras da população Mundial, na intenção de eliminar a fome, conseguir a segurança alimentar e nutricional, promover a agricultura sustentável, além dos 17 objetivos do Desenvolvimento Sustentável. (FAO, 2022).

Somente assim será possível garantir a equidade econômica, social, ambiental, cooperando para os quatro pilares da segurança alimentar: disponibilidade, acesso, consumo e estabilidade. Nesse sentido, Machado e Machado (2002) apontam que as

[...] políticas públicas voltadas para o incentivo e a implementação da agricultura urbana podem favorecer e promover o desenvolvimento local das periferias de grandes cidades. Além disso, pelo redirecionamento dos objetivos da comunidade, com ações participativas em todos os processos de desenvolvimento, é possível oferecer opções de vida saudável para jovens e crianças além de gerar empregos e melhorar a qualidade de vida das pessoas idosas ou desempregadas. A produção de alimentos de boa qualidade nutricional e sem agrotóxicos, desenvolvida a custo relativamente baixo, pode contribuir não só para melhorar a qualidade de vida, como também para aumentar a renda familiar (MACHADO; MACHADO, 2002, p. 15).

A agricultura urbana é uma estratégia que desempenha uma função significativa na área social, econômica, ecológica e pedagógica, por meio da qual é possível construir recursos financeiros para as famílias pobres, além de ocupação e de capacitação profissional, desenvolvendo a comunidade local, de forma a garantir a melhoria da segurança alimentar e nutricional, a educação ambiental e a educação em saúde. Esse cenário promove a

sustentabilidade, o uso correto do solo e do patrimônio agrícola urbano e, ainda, a proximidade com a fauna e a flora, possibilitando qualidade de vida urbana. A importância da Agricultura Urbana reforça e evidencia a sua multifuncionalidade e sua transdisciplinaridade (FREIRE *et al.*, 2016).

Para Sousa, Bazzoli e Delgado (2016) a Agricultura Urbana auxilia na implementação sustentável, sustentabilidade esta que gera renda e melhoria na vida social e cultural dos agentes envolvidos, promovendo a segurança alimentar e a produção urbana familiar. Logo, é uma atividade reconhecida por promover diversos benefícios para a cidade, como o bem estar, a alimentação orgânica e a melhoria ambiental. Por isso, é certo afirmar que as hortas comunitárias possuem grande potencial de geração de serviços ecossistêmicos (CORREA *et al.*, 2020).

No âmbito econômico, a agricultura é capaz de gerar valor agregado a curto, médio e longo prazo, porém necessita de sistemas de produção e de cultivo que evitem desperdícios e que promovam a competitividade do mercado, garantindo a economia, a produção, a comercialização e a qualidade dos produtos. No âmbito social, por meio da agricultura, é possível a construção de emprego e renda, contribuindo para a segurança alimentar e nutricional, e também minimizando a fome. Portanto, é importante desenvolver novos padrões de organização social e novas estruturas e locais produtivos (ALTIERI, 2004).

Para Aquino e Assis (2007), a produção orgânica caracteriza-se como instrumento para a agricultura urbana, administrada pela comunidade local, que possibilita a geração de renda para as famílias e de valor aos produtos e sua comercialização. A agricultura urbana refere-se também à criação de animais como abelhas, peixes, aves, coelhos, entre outros. Assim, ela pode ser um sistema articulado com várias atividades diferentes.

As hortas urbanas contribuem na formação dos indivíduos e proporciona uma melhor alimentação, a segurança alimentar e a qualidade de vida da comunidade envolvida, é fundamental que as hortas comunitárias cumpram seu papel educativo quando as comunidades envolvidas devem elaborar e desenvolver habilidades e competências voltadas à coletividade (CEREALI; WIZIACK, 2021). Desse modo,

com a cidade produtiva estamos nos referindo à promoção de um desenvolvimento econômico local, voltado para o combate à pobreza, com a implantação de políticas de geração de trabalho e melhoria de rendas complementares, [...] com a cidade ecológica estamos nos referindo à possibilidade de potencializar, com as atividades de AUP, a gestão territorial e ambiental das cidades, integrando a AUP com as políticas de gestão territorial, de uso social do espaço, de gestão de resíduos sólidos, [...] estamos

nos referindo ao potencial que as atividades de AUP têm para a promoção de políticas de respeito às condições étnicas e socioculturais e também de atenção a grupos considerados de condição vulnerável como mulheres, pessoa idosas, portadores de necessidades especiais, quilombolas, entre outros, partindo de uma perspectiva de respeito à diversidade social, equidade e promoção da governabilidade participativa (SANTANDREU, LOVO, 2007, p. 12).

Assim, a utilização e a produção das práticas agrícolas nos espaços vazios urbanos favorecem o desenvolvimento ambiental, o consumo saudável de alimentos orgânicos, a segurança alimentar e nutricional, o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, e a geração de renda, enquanto que os Bairros se tornam mais ecológicos e sustentáveis, minimizando as vulnerabilidades socioambientais.

### *2.1.1 Política Pública de Segurança Alimentar e Nutricional*

A Política Pública Governamental de Assistência Alimentar, para as populações mais pobres se iniciou na década de 1940. Para essa conquista, destaca-se, no âmbito do Ministério do Trabalho, o Serviço Central de Alimentação no Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Industriários, criado em 1939, que foi substituído no ano seguinte pelo Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS), com o objetivo de melhorar a alimentação do trabalhador. Buscava-se garantir a capacidade de trabalho e resistência orgânica, e, diante deste serviço, originou-se vários programas de Assistência Alimentar aos trabalhadores e à população como o Restaurante Popular, a Merenda Escolar, entre outros (ARANHA, 2010).

O Primeiro Plano de Alimentação e Nutrição no Brasil iniciou em 1950 sob elaboração e coordenação da Política de Saúde. Ao analisar os planos e os programas, destaca-se as estruturas do problema alimentar e nutricional e a necessidade de modificações no desenvolvimento econômico e social no Brasil. Após a Segunda Guerra Mundial, foi criado, no âmbito do Ministério da Saúde, o Conselho Nacional de Alimentação (CNA) que posteriormente foi substituído pelo Instituto de Alimentação e Nutrição (INAN). (ARANHA, 2010).

Após 1985, a redemocratização no Brasil se fortalece nos espaços de participação de debates sobre a temática da fome e da desnutrição. Por conseguinte, o Ministério da Agricultura, por meio da Companhia Brasileira de Alimentos (COBAL), implementa o programa de Abastecimento Popular, o qual somente se efetiva devido às extensas reivindicações das organizações sociais, da participação da população e da fiscalização das políticas públicas sobre

a política econômica, salarial, agrária e agrícola para o abastecimento nos grandes centros urbanos (ARANHA, 2010).

Anos depois, a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), Lei nº. 8.742/93, regulamenta os Artigos 203 e 204 da Constituição Federal de 1988, apontando uma política de reconhecimento de direitos e provisão dos mínimos sociais, nos quais a Assistência Social é direito do cidadão e dever do Estado. Esta Política de Seguridade Social tem caráter não contributiva, na perspectiva de garantir os mínimos sociais, efetivada por meio de ações integradas de iniciativas públicas e da sociedade civil, para o atendimento as necessidades básicas. (YASBEK, 2004, p. 108).

Conforme Yasbek (2004), iniciativas e projetos que surgiram a partir do Programa Fome Zero, no Ano de 2003, deram nova perspectiva para a alimentação. Em 1986, a I Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional foi realizada; em 2004, teve a II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, realizada no Município de Olinda/PE; e em 2006, por meio da aprovação da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), foi firmado que a alimentação é um dever do Estado.

Em 2003, foi criado o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) para o combate à fome. Esta política pública vincula o sistema agroalimentar à aquisição de alimentos, buscando a promoção de um alimento saudável e a produção do desenvolvimento rural sustentável. Implantado no âmbito da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN), o PAA tem como objetivo principal o fomento à agricultura familiar e o combate à Insegurança Alimentar e Nutricional (INSAN), e suas finalidades compreendem: o fortalecimento local e regional, organizações de comercialização; promoção e valorização da biodiversidade, produção orgânica e agroecológica de alimentos; e o estímulo ao cooperativismo e associativismo dos agricultores (SAMBUICHI *et al.*, 2022).

Dessa forma, uma das ações estruturais para a garantia da produção e do consumo de alimentos foi a aprovação da Lei nº. 10.696/2003, que objetivava incentivar a Agricultura Familiar por meio do Crédito Rural, possibilitando que o agricultor vendesse sua produção diretamente ao Governo, com dispensa de licitação e preços acessíveis aos dos mercados. Essa ação antecipava recursos para o cultivo, promovendo a produção de alimentos. Nessa perspectiva, os produtos da agricultura familiar passam a ser utilizados em ações de segurança alimentar e nutricional em programas municipais (ARANHA, 2010).

O Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar (MESA) elaborou e lançou na VI Marcha de Prefeitos, realizada em 2003, algumas iniciativas Municipais que poderiam ser adotadas para criar programas locais de segurança alimentar e nutricional, abrangendo políticas

públicas, criação do CONSEA, órgãos específicos e participação da sociedade civil organizada. Dentre essas iniciativas a serem formadas pela sociedade e pelos representantes da sociedade civil foi o Centro de Recepção e Distribuição de Alimentos. O Poder Público credenciava as Entidades e as Famílias Beneficiadas, obtendo parcerias com empresas privadas e voluntários, além de arrecadar recursos e produtos, e responsabilizar-se pelo armazenamento, transporte e logística (ARANHA, 2010).

A solução do problema da fome passa pelo combate à miséria e à desigualdade social. E a sua efetividade passa pela vinculação do combate à fome à construção de uma política de segurança alimentar e nutricional que leve em conta o direito humano à alimentação e a soberania alimentar do Brasil. Segurança Alimentar e Nutricional compreende um estado de bem-estar alimentar, assegurado por um conjunto integrado e articulado de políticas e ações que garantam o acesso de todos, permanentemente, a uma alimentação suficientemente adequada, em quantidade e qualidade, para atender as necessidades nutricionais de cada um, em cada fase ou situação de vida. Pressupõe, ainda, que essa alimentação seja produzida de forma sustentável, não comprometendo, assim, as futuras gerações. Dois são os requisitos necessários à Segurança Alimentar e Nutricional: disponibilidade suficiente de alimentos, que pressupõe um sistema alimentar integrado, desde a produção até o consumo, que oferte, com estabilidade e a preços acessíveis, alimentos essenciais para o consumo humano, produzidos de forma sustentável e com soberania, remetendo a exigências de autonomia e independência econômicas, bem como preservação da cultura e do meio ambiente; e acessibilidade ao alimento, que pressupõe acesso à renda suficiente para adquirir o alimento, aos serviços públicos essenciais, à informação sobre qualidade nutricional e aos direitos sociais, remetendo, assim, ao campo do direito humano à alimentação adequada (ARANHA, 2010, p. 76).

Uma das expressões econômicas da igualdade é o acesso ao alimento e a composição de um grande mercado que poderia fomentar o crescimento econômico do país. Isso poderia ocorrer em parceria com as Instituições Governamentais em diversas áreas, principalmente a Política Econômica, e com a sociedade civil organizada, com ações que podem ocorrer por meio da fiscalização, da participação social, e da descentralização das ações e das decisões (MALUF; MENEZES, *et al.*, 1996).

Os movimentos sociais e as organizações populares se sensibilizaram e se mobilizaram para chamar a atenção dos gestores públicos sobre a demanda de exclusão diante do cenário de extrema vulnerabilidade social de grupos de riscos, que vivenciam a fome e a pobreza no Brasil. Por meio do fortalecimento desses movimentos, na década de 1990, conforme Mapa da Fome elaborado pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA), novas discussões sobre a segurança alimentar ocorrem devido ao problema evidente da fome e pobreza (PESSANHA, 2002).

Conforme Pessanha (2002), diante desse cenário, cria-se o Sistema Nacional de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN) com o intuito de verificar a distribuição geográfica e os grupos de risco, como medida de prevenção, e financiar políticas voltadas à mitigação dos problemas alimentares e nutricionais. A importância das mobilizações das organizações sociais e do controle social frente aos gestores públicos Federal, Estadual, Distrital e Municipal, evidencia-se na Agenda Política, pois buscam sua implementação. Após a I Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional na Agenda Política, o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional é constituído. Conforme está explícito na Lei nº. 11.346/2006, em seu Art. 2º:

Alimentação adequada é direito fundamental do ser humano, inerente à dignidade da pessoa humana e indispensável à realização dos direitos consagrados na Constituição Federal, devendo o poder público adotar as políticas e ações que se façam necessárias para promover e garantir a segurança alimentar e nutricional da população. § 1º A adoção dessas políticas e ações deverá levar em conta as dimensões ambientais, culturais, econômicas, regionais e sociais (BRASIL, 2006).

Conforme Curan e Marques (2021), atualmente o número de pessoas que vivem em situação de insegurança alimentar no Brasil e no Mundo é incontestável. Esta população sofre com a ausência de acesso e disponibilidade de alimento fresco e nutritivo, e, portanto, o incentivo de práticas de Agricultura Urbana e Periurbana fundamentada nos princípios agroecológicos podem ser notados como uma estratégia sustentável social, ambiental e econômica, com o objetivo de mitigar a fome ao promover o cultivo e o fornecimento de alimentos para as famílias urbanas. A utilização dos vazios urbanos para atividades de agricultura contribui na melhora das condições ambientais, alimentares e de saúde, gerando renda para a comunidade local.

A prática da Agricultura Urbana oferece, assim, oportunidades de desenvolver uma cultura e uma consciência social ao fortalecer os vínculos comunitários e ambientais, proporcionando atividades produtivas e técnicas (CURAN; MARQUES, 2021). Dessa maneira, a

Segurança Alimentar e Nutricional compreende um estado de bem-estar alimentar, assegurado por um conjunto integrado e articulado de políticas e ações que garantam o acesso de todos, permanentemente, a uma alimentação suficientemente adequada, em quantidade e qualidade, para atender as necessidades nutricionais de cada um, em cada fase ou situação de vida. Pressupõe, ainda, que essa alimentação seja produzida de forma sustentável, não comprometendo, assim, as futuras gerações (ARANHA, 2010, p. 76).

O direito e o acesso à alimentação devem ser garantidos a todos, e isso inclui alimentos com qualidade, quantidade satisfatória e constante, técnicas alimentares saudáveis e de forma sustentável, atendendo as presentes e futuras gerações. A Política de Segurança Alimentar e Nutricional deve ser vinculada as demais políticas estruturais, integradas à justiça social, movimentos sociais agrários, emprego e renda. (YASBEK, 2004, p. 105), visto que, no Brasil, umas das principais causas da fome e da pobreza é o desemprego.

Algumas das Políticas Estruturais propostas a serem implementadas pelo Programa Fome Zero para a população que está em situação de risco nutricional são: a) políticas de geração de emprego e aumento de renda (microcrédito, incentivos a novos negócios, capacitação profissional, inclusão digital, primeiro emprego e outros); b) intensificação da reforma agrária como forma de inclusão produtiva das famílias; c) previdência social universal, trazendo de volta os trabalhadores informais; d) intensificação e ampliação da bolsa escola para garantir que as novas gerações tenham um nível educacional mais elevado; e) renda mínima para as famílias em situação mais crítica; f) incentivo à agricultura familiar com a ampliação do crédito, compras governamentais, seguro-safra e outros mecanismos que possam garantir o escoamento da produção (BELIK, 2003).

Um outro fator essencial para combater a fome e a insegurança alimentar, frente ao alto índice de desemprego no Brasil, foi o Auxílio Emergencial (transferência de renda do governo federal) no valor mensal de R\$ 600,00 (para as pessoas que se enquadram no critério de renda) ou R\$ 1.200,00 (este concedido as mulheres/mães responsável familiar), disponibilizado durante o momento Pandêmico de forma a atender as famílias em situação de vulnerabilidade social e econômica, contribuindo para o movimento da economia (GALINDO; TEIXEIRA, *et al.*, 2021).

Para garantir a segurança alimentar e o acesso a alimentação, outra proposta importante foi a Renda Básica Emergencial aprovada pelo Congresso Nacional Projeto de Lei nº. 9236/17. Em março de 2020, este projeto teve como objetivo atender as famílias de baixa renda, em situação de desemprego e o valor estipulado foi de R\$ 600,00 (SOUZA; BERNARDES, *et al.*, 2020).

Esses recursos foram essenciais porque, conforme Galindo *et al.* (2021), a pandemia (COVID-19) contribuiu para um colapso na economia, quando a inflação alcançou o maior índice, principalmente os alimentos pertencentes à cesta básica, como arroz, feijão, batata, tomate, frutas e carnes. O aumento da inflação destes alimentos é impulsionado por um conjunto de fatores macroeconômico (Exportação e Importação) diante da política interna e externa de abastecimento e de controle de preços. Um outro fator está relacionado às alterações nos hábitos

de consumo de alimentos, porque, devido ao isolamento social, muitas famílias passaram a estocar em seu domicílio, aumentando a demanda da procura por alimentos básicos.

Essa condição de insegurança alimentar apresenta-se em um cenário de incertezas no mundo do trabalho. A pandemia adentrou no Brasil em um contexto de ampliação do trabalho precário e informal, nessas condições as dificuldades em relação a renda e ao atendimento as necessidades básicas, como a alimentação, aumentam, pois parte significativa desses trabalhadores encontram-se sem a proteção social oriunda do trabalho formal. A crise estrutural do capitalismo que assola o país, mais fortemente a partir de 2014 reflete na ampliação do trabalho informal nos últimos anos. A proporção da população ocupada de 14 anos ou mais de idade no trabalho informal passou de 39,1% em 2014 para 41,5% em 2018 (IBGE, 2019). (SCHAPPO, 2021, p. 32).

Com o avanço da COVID-19, os impactos sociais e econômicos agravam as expressões da questão social já existentes na sociedade brasileira, por exemplo a fome, o desemprego, a precariedade do trabalho e o não acesso ao serviço público (SCHAPPO, 2021).

*O Relatório Global de Crises Alimentares*, publicado pelo Programa Mundial de Alimentação da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO, 2020) alerta para o agravamento da insegurança alimentar no mundo devido à pandemia de covid-19. O Relatório destaca que no final de 2019 eram 135 milhões de pessoas em situação de insegurança alimentar e prevê que este número pode duplicar no final de 2020, passando para 265 milhões. Entre as regiões mais afetadas, encontra-se a América Latina (SCHAPPO, 2021, p. 32).

No Brasil, há mais de 33 milhões de pessoas sem acesso à renda para garantir alimentação adequada. Historicamente, no âmbito das políticas governamentais, foram criados e reformulados diversos programas voltados à política de alimentação e nutrição, por exemplo o PAA, de grande relevância nos programas públicos de abastecimento, que fomenta a Agricultura Familiar com prioridades aos assentamentos rurais, às comunidades indígenas, às tradicionais e às quilombolas (ARANHA, 2010).

Milhões de pessoas passam fome no mundo e estão destituídos de direitos humanos fundamentais. De qualquer ângulo que se observe o problema da fome, constata-se que é uma privação de direitos: à vida, à autonomia individual, à liberdade, à felicidade. O indivíduo com fome encontra-se na situação de despossuído de condições mínimas de existência. Por isso, podemos definir a fome como a marca maior da desigualdade social e como uma violência contra a vida (ARANHA, 2010, p. 47).

Sendo assim, no contexto pandêmico (SARS-Cov-2), as famílias perderam seus empregos e, por conseguinte, o poder de compra. Tornou-se ainda mais visível o aumento acentuado da pobreza, a insegurança alimentar e nutricional, a fome, as vulnerabilidades e as desigualdades sociais. Logo, foi ainda mais necessário o acesso aos serviços públicos e aos programas governamentais para garantir o mínimo de sobrevivência e assegurar as necessidades básicas, principalmente a alimentação.

### *2.1.2 Políticas Públicas de Geração de Renda*

A insegurança do acesso à renda e às políticas públicas afeta diretamente a população pobre e em extrema vulnerabilidade social, população que já se encontrava com seus direitos violados diante da crise sanitária, no contexto brasileiro, ao vivenciarem a fome crescente. Dessa forma, medidas de combate à fome e à IA surgiram por meio de políticas públicas, de planos, de estratégias por parte do poder público e de ações conjuntas com a sociedade civil organizada, que busca a proteção da vida da população (SCHAPPO, 2021).

A pobreza, a exclusão social e a ausência de oportunidades de emprego impõem desafios que devem ser enfrentados com a efetivação dessas políticas públicas. A ausência de postos de trabalho contribui para o desemprego e para as desigualdades sociais, aumentando a pobreza. Na década de 1990, propondo aumentar a oferta de emprego nos países periféricos, fez-se necessário uma política governamental (salário-mínimo, Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, entre outros) para estruturar o Sistema Público de Emprego, possibilitando a assistência e formação aos desempregados (COHN, 1995).

Famílias com baixa qualificação profissional, baixa escolaridade e baixa renda, que possuam um empreendimento simples e produtivo, necessitam de apoio governamental para administrar e superar os problemas do próprio negócio. Assim, uma política de trabalho e renda ocorre quando há sustentabilidade no projeto (BRASIL, 2008).

Ao contar com seus recursos e rede social, podem superar suas condições ou situação de pobreza (econômica) por meio do comércio eficaz e da rede de apoio de serviços públicos governamentais. Dessa forma, um dos objetivos da política de geração de trabalho e renda é o protagonismo social, no qual os atores envolvidos se reconhecem e se fortalecem, colaborando para o ambiente ao qual estão inseridos e acrescentando suas vinculações com esferas mais dinâmicas da economia, o que resulta no aumento de seus lucros (BRASIL, 2008).

No Brasil, a partir da década de 1970, quando a economia Mundial apresentava esgotamento no padrão de produção, gerando crise, o desemprego foi o principal fator

determinante das expressões da questão social, no contexto econômico, social e político. O sistema capitalista reorganiza o modelo da sua produção, objetivando maiores lucros e o enfrentamento da crise. Ressalta-se, ainda, nesse contexto, a forte inserção da mulher no mercado de trabalho, o que contribuiu para o crescimento da população economicamente ativa, porém um novo modelo neoliberal se consolida quando os empregos formais passam a ter caráter informal, temporário, flexível, com profissionais liberais, fato que atinge a vida social das famílias (SERRA, 2012).

Os pesquisadores e formuladores de Políticas Públicas caracterizam as pessoas pobres pela Baixa Renda, logo, referem-se à incapacidade financeira de consumo, ao baixo nível educacional, à baixa qualificação, fatores que impossibilitam o acesso ao mercado de trabalho e à remuneração, induzindo à exclusão. Em uma outra perspectiva, há um grande grupo de famílias, principalmente mulheres responsáveis pela família e famílias numerosas, no Trabalho Informal, sem garantia de direitos trabalhistas, e que permanecem em vulnerabilidade socioeconômica (PESSANHA, 2002).

A geração de trabalho e renda é uma política pública que atua na demanda de trabalho, melhorando a qualidade da oferta. Logo, os projetos de geração de emprego e renda, seja no âmbito formal ou não formal, permitem que os trabalhadores desenvolvam potencialidades e capacidades laborativas. No entanto, a política de trabalho e de renda para as pessoas de baixa renda é limitada por não possuir a capacidade do enfrentamento a pobreza (BRASIL, 2008).

Conforme Serra (2012), referindo-se às mudanças na inserção ao mercado de trabalho:

No âmbito da inserção no mercado de trabalho, alteraram-se os regimes e contratos de trabalho, com a substituição, em grande monta, do emprego formal pelo emprego em tempo parcial, temporário, subcontratado e terceirizado, aplicado em dimensão mundial, processo esse de substituição do tipo de emprego formal, vigente até então em larga escala. Instala-se, portanto, o trabalho precarizado como opção majoritária do capital. Ao lado dessas ocorrências, também houve o aumento do contingente do exército industrial de reserva, a exclusão precoce de trabalhadores do mercado de trabalho, considerados “velhos” pelo capital, a baixa absorção de jovens e a inserção cada vez mais cedo de crianças no mercado de trabalho (SERRA, 2012, p. 112).

Um dos fatores que favorece bons empregos no setor público ou privado é o grau de escolaridade, contudo os mais vulneráveis não tem acesso a política educacional de qualidade e os empregos não estão acessíveis, principalmente pela falta de oferta nas grandes empresas e por sua crescente exigência na qualificação profissional para contratar (BRASIL, 2008), permanecem na linha da pobreza porque não conseguem se qualificar para a vaga disponível.

Desse contexto, emergiu um maior número de trabalhadores informais, o que se intensificou, de acordo com Shappo (2021) e a Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2020), com as medidas necessárias para o combate ao COVID-19, como o isolamento social. Essa restrição aumentou o nível de pobreza dos trabalhadores informais nos países de baixa renda, acentuando as vulnerabilidades e desigualdades sociais, tornando os trabalhadores domésticos informais, que perderam seu campo de trabalho, os mais prejudicados na crise resultante da pandemia.

Em 1990, a Política de Trabalho, Emprego e Renda ganha relevância e, ao mesmo tempo, torna-se uma preocupação por parte dos empresários, do governo, das organizações e dos movimentos sociais, porque esta política deve interagir com diversos campos, como Gestão Pública, Política Econômica, Política Tributária, Política de Assistência Social entre outros. Dessa maneira, é necessário o desenvolvimento nacional por meio de geração de emprego e renda e de qualificação dos trabalhadores para a inclusão no mercado formal (SERRA, 2012).

Inúmeras formas de intervenção referente às políticas e aos problemas que afetam a ausência de emprego podem ser efetivadas pelo Poder Público. Por exemplo, a fixação do salário mínimo, a relação de trabalho (capital-trabalho), os custos fiscais, os encargos trabalhistas e também a formação profissional. Porém ao analisar as políticas de emprego, percebemos sua restrição, porquanto tem como objetivo atender financeiramente ao trabalhador desempregado, ofertando instrumentos por meio de uma política passiva: o seguro desemprego, as indenizações, as aposentadorias. Como contraponto, há outro instrumento que é a política ativa, aquela que exerce uma demanda positiva de trabalho na criação de vagas de empregos públicos e privados, contratos temporários, formação e reciclagem profissional, flexibilização da legislação trabalhista (AZEREDO; RAMOS, 1995).

Para Pessanha (2002), o critério de renda é utilizado pelos analistas como objeto de pobreza, medidas por categorias básicas que demonstram, por exemplo, o subgrupo – a renda não permite ter acesso às necessidades de alimentação; o grupo pobre, a renda é incapaz de auxiliar alimentação, vestuário, moradia, entre outros; o grupo que não se enquadra em subgrupo ou pobre situa-se acima da linha de pobreza.

Dessa forma, para garantir o acesso às necessidades básicas de sobrevivência, como alimentação, serviços de saneamento básicos, saúde e educação, é necessário que as famílias tenham emprego e renda, e que o Estado promova o acesso aos bens e serviços para a população, assegurando os direitos fundamentais preconizado na Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988).

### *2.1.3 Hortas Comunitárias Urbanas, Segurança Alimentar e Geração de Renda as famílias em vulnerabilidade social e econômica*

De acordo com Arruda (2006), geralmente as hortas comunitárias urbanas são instaladas em espaços vazios públicos ou privados e nelas é desenvolvido o cultivo de hortaliças, frutas, plantas medicinais, produção de mudas, entre outros. As hortas comunitárias urbanas são trabalhadas por grupos de famílias ou horticultores da comunidade local, ação desenvolvida por meio de associação ou cooperativas, que se tornam responsáveis pela gestão da produção, do consumo e da comercialização, administradas com o apoio técnico e do poder público.

As hortas comunitárias urbanas têm como finalidade a melhora do aproveitamento de espaços vazios, impedindo o acúmulo de materiais recicláveis, de lixo, de insetos, entre outros. De muitas formas elas valorizam a produção local de alimentos saudáveis e plantas medicinais e ornamentais, favorecendo a produção, o consumo e a comercialização, e, ao mesmo tempo, eliminando o uso de agrotóxicos/defensivos agrícolas, o que permite a manutenção da biodiversidade.

A agricultura em espaço urbano é uma atividade histórica para a produção de alimentos, tanto no interior como nos espaços adjacentes das cidades, diante dos espaços geográficos. Enquanto uma das atividades agrícolas executadas, as hortas comunitárias, localizadas nos vazios urbanos, asseguram a produção de alimentos que garantem a sobrevivência e caracterizam uma estratégia econômica. É, portanto, uma ferramenta que contribui para melhorar a renda das famílias, como da mãe responsável familiar e de pessoas idosas, e diminuir as despesas com alimentos por meio da venda da produção, que gera uma renda extra e produtos que podem ser consumidos (FREIRE *et al.*, 2016).

Essas hortas surgem como uma forma de solucionar um problema crescente, como Freire discorre:

Se o aumento da urbanização é acompanhado pela necessidade crescente de fornecer alimentos às famílias que residem em espaço urbano, os índices de pobreza das populações urbanas também têm aumentado, bem como a dificuldade do acesso à alimentação básica, o que vem reforçar a necessidade de se apostar cada vez mais na agricultura urbana (FREIRE *et al.*, 2016, p. 12).

A urbanização afeta, como reiterado, o fornecimento de alimentos e a preservação ambiental, porque as cidades demandam enorme extensão territorial para a subsistência e necessitam da importação de alimentos de outras regiões. Esse cenário contribui para o aumento

do preço, entretanto, a maior parte da população não tem condições financeiras para pagar os custos desses alimentos. Soma-se a esse impasse o impacto ambiental causado por meio do uso dos recursos naturais para a produção e processamento de alimentos. Em relação à preservação ambiental, é notório que as cidades consomem os recursos naturais e produzem uma enorme quantidade de resíduos e lixo (MACHADO; MACHADO, 2002).

O cenário da fome, no Brasil, reflete, portanto, vários motivos para a sua intensificação, exigindo, por sua vez, diversas frentes para sua superação. Abramovay (2010) aponta que,

[a]s conquistas recentes na luta contra a pobreza, no Brasil, padecem de dois problemas fundamentais: de um lado, apesar da redução na desigualdade de renda, persistem as formas mais graves de desigualdade no acesso à educação, à moradia, a condições urbanas dignas, à justiça e à segurança. Além disso, os padrões dominantes de produção e consumo apoiam-se, sistematicamente, num processo acelerado de degradação ambiental muito mais vigoroso do que o poder da legislação voltada à sua contenção. Pior: o Brasil não está se aproximando da marca dominante da inovação tecnológica contemporânea, cada vez mais orientada a colocar a ciência a serviço de sistemas produtivos altamente poupadores de materiais, de energia, e capazes de contribuir para a regeneração da biodiversidade (ABRAMOVAY, 2010, p. 98).

Um instrumento para alcançar os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável apresentados pelas Nações Unidas é a Agricultura Urbana, uma vez que ela contribui para: a) acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares; b) acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável; c) assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis; d) proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade. Seria pensar, também, em uma organização sustentável, que é, conforme aponta Freire (2016, p. 4), o acesso para o desenvolvimento, no entanto, ela é

inequivocamente associada à maior procura de alimentos que deriva, de entre outros fatores, do crescimento populacional e dos fluxos migratórios urbanos e conseqüentemente exigirá o aumento da produtividade a nível mundial para melhoria da segurança alimentar. Não obstante a expectativa que ocorra um ligeiro aumento da área de terras agrícolas na próxima década, a produção adicional terá de vir do aumento da produtividade (OECD-FAO, 2015) e a agricultura urbana assume relevante papel neste contexto de acentuada urbanização. A agricultura urbana é hoje observada como uma estratégia que pode desempenhar um papel significativo ao nível social, económico, ecológico e pedagógico, nomeadamente expresso na possibilidade de apoio financeiro a famílias pobres, ocupação e capacitação profissional, desenvolvimento comunitário, melhoria da segurança alimentar de famílias, educação em saúde, promoção da sustentabilidade do uso do solo e do

patrimônio agrícola urbano e, ainda, uma maior proximidade à natureza como forma de procura de maior qualidade de vida urbana, entre outros (FREIRE *et al.*, 2016, p. 4-5).

Essa organização, que precisa ser sustentável, pode ser observada na Lei Complementar nº. 213/2009, conforme o Plano Diretor do Município de Sarandi, cidade que abarca as hortas comunitárias objeto de análise desta dissertação. No Art. 28 desta Lei, há o seguinte apontamento: Constituem diretrizes gerais da produção e organização do espaço físico. Inciso II – Estabelecer as relações entre a área urbanizada e área rural, de forma a implantar um modelo urbanístico flexível e adaptativo ao processo de desenvolvimento econômico, social e ambiental do Município. Além disso, trata da Política de Abastecimento em seu Art. 147: A política de abastecimento alimentar visa garantir o atendimento das necessidades nutricionais da população de Sarandi, com uma oferta de gêneros alimentícios de qualidade, em quantidade suficiente e preços acessíveis à população, especialmente de baixa renda (SARANDI, 2009).

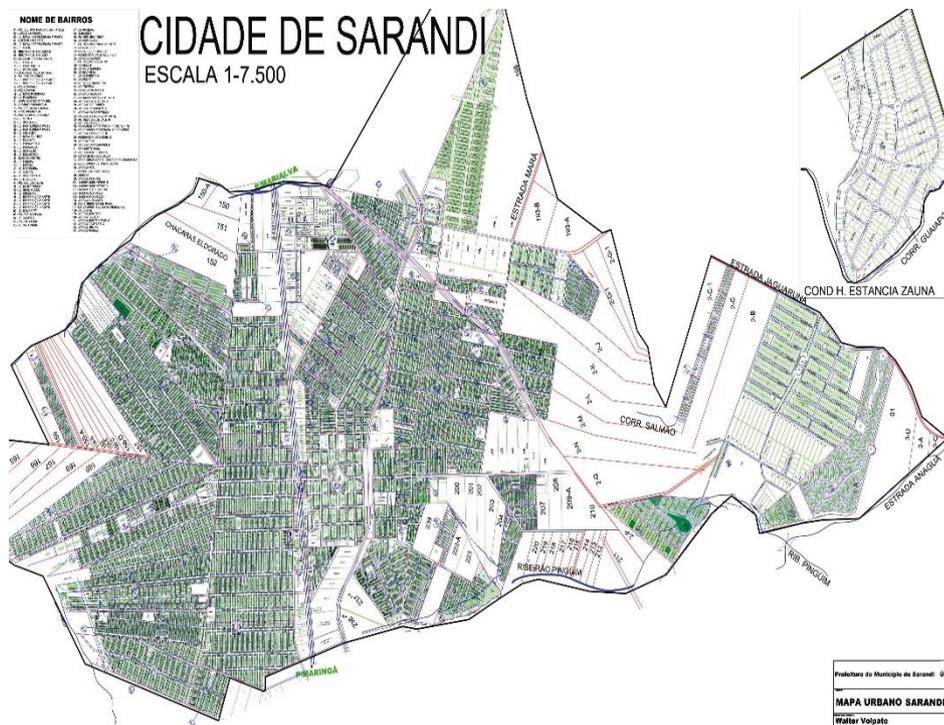
Considerando a organização dos espaços e vazios urbanos, conforme preconiza a Lei Municipal de Sarandi, é de fundamental importância estabelecer as relações sociais, econômicas e ambientais, no desenvolvimento da comunidade local e, assim, garantir a qualidade urbana e o desenvolvimento sustentável.

### 3 HORTAS COMUNITÁRIAS URBANAS NO MUNICÍPIO DE SARANDI

#### 3.1 Característica do Município de Sarandi

O Município de Sarandi origina-se do vocábulo indígena, terra pedregosa e infrutífera, foi uma das diversas cidades fundadas pela Companhia de Terras do Norte do Paraná, que desde 1947 iniciou a venda de lotes nas áreas urbanas, onde as famílias pioneiras contribuíram para o desenvolvimento e progresso da cidade<sup>1</sup>. Ela localiza-se entre as Bacias Hidrográficas dos Rios Pirapó e Ivaí.

Figura 1 – Mapa do Município de Sarandi



Fonte: [http://www.sarandi.pr.gov.br/web/images/img\\_site/Mapas/mpsdiurbano.jpg](http://www.sarandi.pr.gov.br/web/images/img_site/Mapas/mpsdiurbano.jpg). Acesso em: 27 set. 2022.

No município há nove hortas comunitárias urbanas em atividade, localizadas nos seguintes bairros: Jardim Monte Rey, Jd. Nova Aliança I e II, Horta CAIC I e II, Jd. Ana Elisa, Jd. Paulista, Conjunto Habitacional José Richa, Conjunto Habitacional Mauá. Os alimentos produzidos contribuem para assegurar alimentação saudável e nutritiva à população com preço acessível e justo. Muitos horticultores cultivam e agregam sua renda por meio das vendas dos produtos, além de consumirem o que produzem.

<sup>1</sup> Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/sarandi/historico>. Acesso em: 6 out. 2022.

A figura 2 – mostra a Rede de Alta Tensão da ELETROSUL que perpassa a Horta Comunitária do Jardim Monte Rey, em que impossibilita a construção de moradias populares, comércios e indústrias.

**Figura 2** – Horta Comunitária – Jardim Monte Rey



**Fonte:** Autora (2022).

### *3.1.2 Programa de Hortas Comunitárias Urbanas*

No início o Projeto das Hortas Comunitárias Urbanas foi idealizado, elaborado e executado pelo Sr. Carlos Klichowski de 2009 até 2015. Ele era servidor público na Secretaria Municipal de Assistência Social (Secretaria que, no início, administrava as hortas comunitárias urbanas que, posteriormente, após mudança de gestão, foram transferidas para a pasta da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico), durante este período passou a buscar parcerias com a Universidade Estadual de Maringá (UEM) e o Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná (IDR/IAPAR/EMATER) para dar continuidade ao projeto. Conforme relatos e informações, houve vários desafios e dificuldades para cercar as hortas, delimitar áreas, comprar adubos e mudas, preparar os canteiros e dar sequência no Projeto junto com as famílias participantes.

**Figura 3** – A placa instalada indica o Programa Integrado de Desenvolvimento Sustentável (ELETROSUL):Horta Comunitária – Jardim Monte Rey



**Fonte:** Autora (2022).

Em 2011, o Programa de Hortas Comunitárias foi implementado por meio de incentivos de Responsabilidade Socioambiental da Companhia de Geração e Transmissão de Energia Elétrica do Sul (ELETROSUL), pois, vários bairros são transpassados por rede de alta tensão, impossibilitando a construção de moradias populares, comércios e indústrias, visto que são faixas de servidão, isto é, são áreas de terra que se encontram junto às estruturas metálicas ou torres que transportam eletricidade das usinas geradoras, portanto, trata-se de uma área de segurança delimitada junto às linhas de transmissão de energia.

As hortas comunitárias urbanas do município possuem 296 famílias cadastradas e o total de 887 canteiros. Nelas há o cultivo de hortaliças (leguminosas, raízes, tubérculos e rizomas) como: salsinha, cebolinha, rúcula, alface, brócolis, almeirão, espinafre, coentro, couve, beterraba, cenoura, repolho, jiló, taioba, berinjela, chicória, pimentão, tomate, cenoura, batata, rabanete, couve flor, pepino, feijão de corda, abóbora, há também condimentos e plantas medicinais.

### *3.1.3 Caracterização socioeconômica dos participantes*

A maioria das pessoas trabalhadoras cadastradas nas hortas comunitárias avaliadas eram do sexo masculino. Entretanto, não se detectou diferença estatística significativa entre gêneros na geração de renda obtida (Tabela 1).

**Tabela 1** – Comparação entre renda obtida mensalmente e gênero (n=59 horticultores)

<b>Gênero</b>	<b>Quantidade amostral</b>	<b>Renda Obtida (R\$)</b>
Feminino	25	1.537,12
Masculino	34	1.593,82

**Fonte:** Elaborada pela autora (2022).

Os resultados do estudo revelaram que não houve correlação entre a idade do participante e a renda obtida (Tabela 2), no entanto, apesar da classe etária predominante ser acima dos 50 anos, o grupo entre 40 a 44 anos apresentou o maior nível de renda que, estatisticamente, diferiu das demais classes avaliadas.

**Tabela 2** – Comparação entre renda obtida mensalmente e idade

<b>Idade</b>	<b>Quantidade amostral</b>	<b>Renda Obtida (R\$)</b>
30 a 34	1	1.500,00
35 a 39	2	1.356,00
40 a 44	2	2.424,12
45 a 49	5	1.431,00
50 a 54	14	1.900,67
55 a 59	5	1.454,40
60 a 64	13	1.563,01
65 a 69	3	1.432,89
70 a 74	12	1.542,75
75 a 79	2	1.367,96

**Fonte:** Elaborada pela autora (2022).

As médias de renda mensal obtidas em relação ao estado civil apresentaram diferenças significativas nos valores para as classes das pessoas casadas e em união estável, quando comparadas com as outras classes avaliadas (Tabela 3).

**Tabela 3** – Comparação entre renda obtida mensalmente e estado civil

<b>Estado civil</b>	<b>Quantidade amostral</b>	<b>Renda Obtida (R\$)</b>
Solteiras (os)	5	1.212,32
Casadas (os)	36	1.666,56
União Estável	5	1.628,67
Viúvas (os)	9	1.263,50
Divorciadas (os)	1	1.212,00

**Fonte:** Elaborada pela autora (2022).

Relativo à escolaridade, a maioria das pessoas entrevistadas (88%) eram analfabetas ou não tinham concluído sequer o Ensino Fundamental, e, à medida que as pessoas avançavam na escolaridade, o fato se dá pela ausência de oportunidades e o acesso à Educação Básica, muitos dos horticultores já tinham que iniciar o trabalho precoce para contribuir no sustento da família devido as vulnerabilidades socioeconômicas preexistentes. Ao iniciar o trabalho precoce, os níveis educacionais e a alta persistência da desigualdade de rendimentos prejudica a possibilidade de combater as vulnerabilidades social e econômica dos horticultores. Observou-se ligeira tendência à ampliação da renda à medida que as pessoas avançavam o nível de escolaridade. (Tabela 4).

**Tabela 4** – Comparação entre renda obtida mensalmente e escolaridade

<b>Estado civil</b>	<b>Quantidade amostral</b>	<b>Renda Obtida (R\$)</b>
Não alfabetizado	5	1.212,00
Ensino Fundamental Incompleto	47	1.490,09
Ensino Fundamental	2	1.628,67
Ensino Médio	5	1.659,00

**Fonte:** Elaborada pela autora (2022).

### *3.1.4 Estrutura física, recursos naturais e econômicos*

O estudo revelou que, entre os entrevistados, a minoria (11,8%) usava agroquímicos com poder residual, e a ampla maioria (88,2%) adotava o uso de produtos alternativos e não residuais como chá de cinamomo (folha de Santa Bárbara) e água de fumo para controle de pragas.

No que tange ao uso de fertilizantes granulados, (25,4%) dos entrevistados adotavam esse uso e, entre as formulações mais usadas, destacava 4-14-8 e 10-10-10, que é o adubo formulado, contendo Nitrogênio, Fósforo e Potássio. Quando relacionado ao uso de adubos orgânicos, os mais utilizados eram os esterco bovino ou de frango, sendo largamente empregada a compostagem de folhas e galhos oriundos das podas de árvores do ambiente urbano, sendo elas destinadas gratuitamente às hortas comunitárias e, por isso, eram também a principal fonte de adubo verde (Tabela 5).

**Tabela 5** – Principais adubos usados na produção de hortícolas

<b>Adubos orgânicos usados</b>	<b>Número de horticultores</b>
Adubo verde	28
Esterco bovino	23
Esterco de galinha	14
Esterco equino	3
Outros adubos	3

\* Questão com múltiplas respostas.

**Fonte:** Elaborada pela autora (2022).

A compostagem dos resíduos domésticos também servia de base como fertilizante (37,9%). Entre os materiais mais usados estavam as cascas de ovos, as cascas de frutas, o pó de café, entre outros resíduos que, após 15 dias, eram misturados ao solo nos canteiros em formação.

A comercialização da produção se dá nos diversos espaços urbanos, no entanto, o próprio local de produção é onde ocorre os maiores níveis de comercialização (77,5%). As outras formas de comercialização relatadas são: a venda direta nas ruas (18,9%), a venda para os vizinhos (10,3%) e a venda nos comércios locais (10,3%), como pequenas mercearias e outros pequenos mercados. Por fim, o excedente da produção era destinado à doação às pessoas empobrecidas e também para a alimentação de pequenos animais domésticos.

No que tange à questão do preço, a maioria (70,6%) relata que o preço recebido pela produção é justo e satisfatório. Ainda relacionado a isso, a outra parte dos entrevistados (29,3%) não classifica como justo o valor pago pela produção, em especial relatou que a falta de padronização e o preço mínimo fazem com que muitos horticultores comercializem abaixo do preço de mercado, o que, segundo eles, prejudica a todos.

O resultado financeiro relativo à produção varia conforme a área produzida, tendo amplitude de 80 a 400 reais de lucro por ciclo de produção, no entanto, o índice de lucratividade médio de todos os horticultores ( $IL=20,2$ ) pode ser considerado satisfatório, embora o mesmo não remunere a mão de obra dedicada à produção.

A figura 4 – Relacionada a Estrutura Física, apresenta respectivamente, um canteiro preparado para o plantio com forragem de adubo verde, a cerca precária para delimitar a área das hortas, reservatório de água e lixeira comunitária, compartimento produzido em madeira para guardar as ferramentas.

**Figura 4** – Estrutura física

Fonte: Autora (2022).

### *3.1.5 Horticultores em Sarandi e vulnerabilidade social*

A pesquisa empreendida revelou que a maioria dos horticultores é de fato classificados como pessoas em situação de vulnerabilidade, sendo atendidos por benefícios de programas governamentais como Baixa Renda da Luz (13,7%), Auxílio Brasil (6,8%), Benefício de Prestação Continuada (5,1%), além de aposentados ou pensionistas que necessitam de complemento de renda (40,3%).

As hortas comunitárias são responsáveis pela alimentação complementar diária de (88,1%) das pessoas entrevistadas e constitui importante fonte de nutrição, assim como também é uma alternativa para a economia e parte do orçamento doméstico pode ser destinada a outras despesas. Muitos dos horticultores fazem doação de parte da sua produção para a comunidade local, em especial para famílias que não possuem renda e que estão em insegurança alimentar.

O tempo médio de inserção e participação no Programa de hortas urbanas era em média 8 anos, no entanto, entre 2019 e 2020 houve maior procura pela participação diante do cenário

mundial do momento Pandêmico (SARS-COV-2). Durante esse tempo, muitas famílias perderam sua fonte de renda e a maioria dos que se inseriram no programa das hortas, nesse período, nunca havia trabalhado na produção de hortaliças (81,03%).

Devido ao aumento na procura, foi necessária a organização, ofertando formas de aprendizagem sobre o cultivo e a comercialização. Isso deu-se envolvendo parcela dos horticultores (24,1%) no início do programa, os quais tiveram capacitação e treinamento em projetos de Extensão Universitária e também com profissionais do IDR. No entanto, a maioria (75,8%) relatou que o aprendizado foi mais efetivo por meio do diálogo e troca de saberes e das experiências empíricas dos demais horticultores.

O estudo revelou que, apesar do uso de agrotóxicos nos processos de produção, não foi relatado, entre os entrevistados, nenhum registro de intoxicação. Contudo, no que tange a acidentes de trabalho, (15,5%) das pessoas que trabalham nas hortas comunitárias já sofreram algum tipo de acidente, entre eles houve relatos de cortes no corpo e picada de animais (aranha, escorpião) com maior frequência. Esses acidentes serviram para que os horticultores providenciassem melhor organização das ferramentas e dos equipamentos, para evitar abrigo de animais peçonhentos, bem como cortarem a vegetação constituída de plantas não cultivadas (mato) ao redor da horta.

A união entre os participantes foi relatada como significativa por parte dos entrevistados (58,6%). Essa questão pode ser percebida nos processos de cooperação nos cultivos, porquanto há ajuda mútua, assim como a confiança na comercialização entre horticultores. Por exemplo, há a venda de produções feitas por pessoas ausentes e, posterior, há a entrega dos recursos financeiros à pessoa. Quando questionados sobre o que sentiam em atuar nas hortas comunitárias e qual significado ela possuía ou representava, os entrevistados apontaram com mais frequência as questões relacionadas à felicidade e à vida (Tabela 6).

**Tabela 6** – Significado de atuar nas hortas comunitárias na (auto)percepção dos entrevistados

<b>Ordem</b>	<b>Significado pessoal</b>	<b>Número de horticultores</b>
1	Felicidade pelo trabalho	23
8	Combate ao estresse	16
2	Terapia	15
4	Prazer em trabalhar no campo	8
6	Sente paz	8
5	Gosta de mexer com a terra	7
3	Atividade saudável	6
7	Exercício físico	5
9	Sensação de liberdade	4

10	Contato com a natureza	2
----	------------------------	---

\* Questão com múltiplas respostas.

**Fonte:** Elaborada pela autora (2022).

### 3.1.6 Sistemas de produção entre orgânico e convencional

O sistema de produção nas hortas pode ser considerado como rudimentar, simples, e realizado pelos horticultores. Os equipamentos e as ferramentas variam de uso individual ou coletivo dos horticultores, sendo os mais citados a enxada (100%), o enxadão (62,06%), a faca/o facão (3,4%), o rastelo (24,1%), a picareta (6,8%), o carrinho de mão (34,4%), o pulverizador (6,8%), a pá (5,1%), entre outros. A única forma de mecanização percebida é o trator de uso coletivo da prefeitura no uso de aração do solo, no entanto, esse equipamento é restrito e a espera por ele é longa, impedindo ou dificultando seu uso. A forma de cultivo é similar a todos os horticultores, há a distribuição dos adubos naturais e do calcário nos canteiros, revolvimento do solo, limpeza dos torrões, nivelamento dos canteiros e posterior cultivo, o que pode ser direto no solo por sementes ou por mudas preparadas pelos próprios horticultores.

Observou-se que (93,1%) nunca recebeu assistência técnica, apesar de reconhecerem ser algo que contribui para o melhor desempenho nas atividades das hortas, na produção e na comercialização. Foi observado a prática comum da aquisição de mudas (98,0%) em bandejas com 200 unidades, com o valor variando entre R\$ 18,00 e R\$ 27,00, apesar dessa prática reduzir o tempo entre o cultivo a colheita, ela compromete parte da renda e do orçamento familiar.

O número de ciclos de colheita é de 5,45 vezes ao ano por horticultores, sendo que a maioria dos entrevistados produzem hortaliças (75,8%) durante o ano todo e, entre os que produzem esporadicamente, há relatos de que as condições climáticas adversas no período de verão limitam a produção. No que tange à rotação de culturas das hortaliças, ou seja, variedade de hortaliças produzidas, esta não é uma prática planejada, ela se dá em função do clima e os horticultores de verduras (22,4%) não a praticam, uma vez que produzem as mesmas hortaliças, especialmente as folhosas, durante o ano todo.

O tamanho médio dos canteiros varia de acordo com os horticultores, contudo, a área média é de 78 m<sup>2</sup>, podendo atingir o máximo de 250 m<sup>2</sup>. A pesquisa mostra relatos acerca da desigualdade da área de produção relativa à quantidade de canteiros entre os horticultores. Além disso, o sistema de produção era autofinanciado, ou seja, parte ou totalidade dos recursos de produção são oriundos dos próprios horticultores.

Outra questão apresentada pelos horticultores é o abandono de canteiros por falta de recursos financeiros para o plantio, algumas pessoas que tem interesse em participar do programa querem os canteiros prontos para a venda, e isto não é direito garantido para quem deseja produzir, consumir e comercializar.

O tempo médio dedicado às atividades da horta é de 4 horas por dia/participante, sendo que esse tempo varia de acordo com as condições climáticas. Por exemplo, se há a ocorrência de chuvas, os horticultores são beneficiados e não precisam trabalhar esse período de tempo, porque a chuva minimiza a necessidade de irrigar as hortaliças.

Foi observado grande diversidade nas espécies produzidas, com destaque para as folhosas (Tabela 7). Observou-se que elas são prioridades, tanto para o consumo familiar quanto para a comercialização do produto.

**Tabela 7** – Principais espécies alimentares produzidas nas hortas urbanas

<b>Espécie produzida</b>	<b>Número de horticultores que produzem</b>
Alface	52
Almeirão	50
Cebolinha	45
Couve	45
Salsinha	33
Coentro	27
Rúcula	22
Repolho	11
Beterraba	11
Berinjela	9
Chicória	8
Pimenta	7
Jiló	6
Cenoura	6
Abóbora	5
Rabanete	4
Tomate	4
Outras espécies diversas	11

\* Questão com múltiplas respostas.

**Fonte:** Elaborada pela autora (2022).

Diversas espécies condimentares também são produzidas nas hortas urbanas, por exemplo alho poró (5,1%), açafrão (3,4%), cebola (1,7%), alho (1,7%), mostarda (1,7%), orégano (1,7%) e manjeriço (1,7%). No que tange as plantas medicinais foi possível identificar

a produção de erva cidreira (1,7%), babosa (1,7%), arruda (3,4%), hortelã (1,7%), melissa (1,7%), alecrim (3,4%), sálvia (1,7%), poejo (1,7%), elevante (1,7%), novalgina (1,7%).

O estudo mostrou que existem vários fatores positivos das atividades executadas nas hortas comunitárias e que elas contribuem em especial para a melhoria da qualidade de vida dos horticultores por meio da venda das hortaliças, o que gera renda e contribui no orçamento familiar, assim como também permite o consumo de produtos saudáveis e nutritivos (Tabela 8).

**Tabela 8** – Matriz de impacto cruzado relativa aos fatores positivos de atuar nas hortas comunitárias na auto percepção dos entrevistados

Classificação	Fatores positivos	Índice
1	Alimento saudável para família	16,12
2	Bem-estar físico e mental pela atividade de produção	14,83
3	Receita obtida da venda	13,65
4	Resgate da dignidade humana	11,04
5	Integração com as pessoas que trabalham nos locais	10,76
6	Diminuição da vulnerabilidade familiar	9,88
7	Comércio da produção na própria região	8,02
8	Proteção do meio ambiente pela produção orgânica	6,09
9	Revitalização de espaços inutilizados	5,07
10	Gratuidade do sistema de produção	4,54

**Fonte:** Elaborada pela autora (2022).

Relacionado aos fatores negativos na atuação nas hortas comunitárias urbana, os problemas mais evidenciados estavam associados à falta de política pública (Tabela 9), fato que impede o melhor desempenho da produção.

Por meio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico foi elaborado um Estatuto/Regimento Interno constando o manejo (o que pode e o que não pode) dentro dos espaços das Hortas Comunitárias Urbanas, e não há uma efetividade destas normas e regras.

**Tabela 9** – Matriz de impacto cruzado relativa aos fatores negativos de atuar nas hortas comunitárias na auto percepção dos entrevistados

Classificação	Fatores positivos	Índice
1	Falta de apoio governamental	26,24
2	Falta de organização coletiva	11,27
3	Infraestrutura de produção precária	11,21
4	Furtos da produção	10,99
5	Custo elevado dos insumos de produção	10,53
6	Falta de assistência técnica de produção	8,12
7	Baixo preço de comércio	7,18

8	Concorrência desleal entre os horticultores	6,91
9	Falta de capacitação	5,44
10	Dificuldade na obtenção de adubos orgânicos	2,11

**Fonte:** Elaborada pela autora (2022).

Figura 5 - As figuras abaixo mostram respectivamente mudas de hortaliças e um canteiro com o plantio inicial de alface.

**Figura 5** – Sistema de produção



**Fonte:** A autora (2022)

### 3.1.7 Irrigação da produção

A irrigação é feita em sua totalidade com água de boa qualidade de poços artesianos ou da rede pública de abastecimento. Neste caso, existe a permanente campanha pelo uso consciente do recurso natural, é sempre solicitado aos horticultores que utilizem assiduamente os regadores como forma de evitar o desperdício da água. Porém, também foi percebido o uso de irrigação por mangueiras, o que, segundo os horticultores, aumenta o consumo de água.

A figura 6 – Mostra as caixas de água (reservatório) utilizadas para regar as hortas comunitárias.

**Figura 6** – Caixa de água para irrigação



**Fonte:** A autora (2022)

### *3.1.8 Associativismo informal e organização dos horticultores*

Não foram observadas formas de organização ou associação dos horticultores, esta organização ou associação faz-se necessária para estabelecer regras, normas, do que pode e o que não pode ser executada dentro de uma horta comunitária, para melhor efetivação deste programa. O fato de não haver uma associação de horticultores, faz com que as espécies produzidas, bem como a sua quantidade e a forma de comercialização das hortaliças, variem de produtor para produtor. Contudo, observou-se que parte dos horticultores (34,4%) costuma fazer atividades e produção coletivamente.

#### **4 HORTAS COMUNITÁRIAS URBANAS E A POBREZA EM SARANDI**

A participação de famílias em vulnerabilidade social e econômica que participam do programa das hortas comunitárias urbanas no Município de Sarandi, em uma perspectiva multidimensional da Agricultura Urbana nos espaços vazios urbanos, respeitando os saberes empíricos locais, proporciona o bem estar coletivo em um espaço de atividade inclusiva, produtiva. Também promove a sustentabilidade e a integração pela organização deste grupo de horticultores.

A participação dos horticultores nas hortas comunitárias é de grande relevância para a produção de renda familiar. Em relação ao gênero e à idade, após as entrevistas realizadas, notou-se que a maioria dos participantes são homens com participação ativa, os quais também possuem o maior nível de renda. As mulheres, que desenvolvem atividades nas hortas, realizam outros trabalhos de sobrevivência para complementar a renda familiar. Dessa forma, devido ao papel da mulher na sociedade, exige-se delas multitarefas cotidianas, porque são responsáveis familiar e, ao mesmo tempo, provedoras.

A participação da mulher no mercado de trabalho sempre teve menor percentual quando comparado com os homens, segundo Alpaca (2022), relativo ao ano de 2021, apenas (51,56%) das mulheres brasileiras estavam empregadas, enquanto a empregabilidade masculina era de (71,64%). O desnível era ainda maior se as mulheres não possuíssem formação escolar, ou se tinham idade avançada. Além disso, os valores salariais recebidos, pelo mesmo trabalho realizado por um homem, eram diferentes, pois eles sempre eram melhores pagos.

As mulheres brasileiras historicamente têm seu trabalho desvalorizado. Esse fato é uma realidade que sempre existiu, principalmente devido ao privilégio masculino dentro do contexto patriarcal. Essa construção social fez com que a mulher, independentemente de sua experiência e inteligência, fosse sempre desmerecida. A transmissão desta prática nociva de geração em geração, que ocorreu por meio da transmissão de valores sociais, não foi um fator observado nas atividades desenvolvidas pelas mulheres nas hortas comunitárias urbanas no presente estudo, dado que, apesar das mulheres ainda serem a minoria (diferença = 15%), a igualdade salarial foi observada.

A remuneração igualitária da atividade laboral feminina nestas hortas urbanas pode representar a solidificação do sentimento de pertencimento ao grupo, reforçando vínculos com o ambiente e o sentido de justiça junto aos seus semelhantes. Entretanto, ainda é significativa a parcela de mulheres que são provedoras dos seus lares e que desenvolvem sozinhas as atividades domésticas e de cuidado com a família.

A mulher brasileira com baixa escolaridade, atrelada a outros fatores, como idade e arranjo familiar, pode sofrer ainda maior dificuldade no retorno ao mercado de trabalho. É inegável que essa segregação atua como fator limitador na busca de novas oportunidades profissionais, seja no mercado formal ou informal. Segundo Rodrigues *et al.* (2021), invariavelmente este conjunto de fatores geram de fato maiores dificuldades às mulheres que tentam encontrar vagas no mercado de trabalho formal com boas remunerações. A alternativa que lhes resta é o trabalho informal, como as hortas urbanas que se constituem uma importante alternativa de geração de emprego e de renda para essas mulheres. Além de ser uma forma de sustento possível, também permite às mulheres a atuação próxima de suas residências com dignidade.

A idade dos horticultores é um fator que merece análise, dado que as pessoas classificadas como pessoas idosas eram a maioria. Por pessoa idosa compreendemos a classe populacional a partir dos 60 anos de idade, conforme descrito Lei nº 10.741 de 1º de outubro de 2003 do Estatuto do Pessoa idosa. Apesar de ser classificado como um grupo vulnerável no Brasil, essa parte da população tem tido sucessivas ampliação na expectativa de vida e, até o ano de 2030, o número de pessoas na terceira idade deverá se avolumar e ser maior que o número de adolescentes até 14 anos. É um grupo de pessoas que representa (33,7%) da população total no Brasil e que atualmente já movimentam o valores próximos a R\$ 400 bilhões anualmente (IBGE, 2023).

A provável explicação para as pessoas idosas serem a maioria entre os participantes das hortas urbanas no caso investigado é porque, juntamente com a ampliação da expectativa de vida, surge um novo grupo de pessoas idosas mais ativo e que se preocupa em se manter na atividade produtiva, gerando renda para a melhoria da qualidade de vida de si e das pessoas com as quais convive.

Os desafios da pessoa idosa na sociedade contemporânea, segundo Melo *et al.* (2014), estão intimamente ligados aos desafios que a sociedade moderna impõe aos grupos minoritários e vulneráveis, ou seja, a dificuldade de acesso ao mercado de trabalho, além da própria segregação. No Brasil, é comum que se limite as condições socioeconômicas. Assim, esse conjunto de situações e limitações forçam a pessoa idosa a buscarem o seu desenvolvimento e novas atividades laborais. A luta contra esses estereótipos contribui para que ocorra profundas transformações urbanas, familiares e sociais, evidenciando que o envelhecimento nem sempre reduz a capacidade funcional.

Em relação à participação dessas pessoas nas hortas, a participação ativa das atividades físicas no cotidiano proporciona a manutenção da capacidade funcional, psicológica e auxilia na busca por autonomia de renda, sendo considerado um importante meio de sobrevivência.

A presença da pessoa idosa no ambiente de produção pode ser um fator potencializador na questão do comércio, pois o consumidor, em contexto geral, usa de suas experiências, percepção pessoal, necessidades e estilo de vida ou, ainda, as questões afetivas relacionadas ao próprio estilo de viver. Sob este enfoque, o consumidor da terceira idade vivencia em si as limitações e benesses de participar deste grupo de pessoas. É um grupo de consumidores que terá forte percepção cognitiva, afetiva e conotativa referente a compra de bens produzidos por pessoas em condições similares a si, e maior será a sua capacidade de análise da relação dos benefícios do produto. Isso ocorre, por exemplo, na relação entre preço e qualidade a eles ofertado, assim o comportamento do consumidor da terceira idade, adquirindo produtos gerados por pessoas da terceira idade, pode resultar em um processo de compra por eles classificados como importantes.

Nesse contexto, se a relação de custo benefício associado a auto identificação for interessante para as partes envolvidas, ocorre o processo da satisfação pela compra. E quanto maior a satisfação do consumidor da terceira idade, maior a sensação do desejo atendido por ele, situação que remete à fidelização do consumo em relação ao produto e ao local de comércio. Destaca-se que, segundo Kotler e Keller (2011), a satisfação com a compra nada mais é que uma troca feita por um processo de criação de valor entre duas partes em uma relação ganha. Quanto mais clientes fieis, maior será a receita dos horticultores das hortas urbanas, para tanto, eles devem investir tempo e dedicação para construir um número maior de clientes.

A ampliação da clientela da terceira idade pode advir da forma de atendimento gerado por pessoa de idade similar, porque eles possuem conhecimento de que esse público vivencia mais tempo livre para percorrer as ofertas do local, e, por esse motivo, atribuem importância ao bom atendimento. Essa relação entre cliente produtor exige maior tempo e cordialidade, além da adaptação dos locais de compra às necessidades especiais de locomoção.

A observação dos detalhes no atendimento a um consumidor tão especial e com similaridade aos horticultores pode ser sim um fator decisivo no processo de ampliação das vendas. Apesar da concorrência existente na região, o cliente da terceira idade, diante de sua identificação com o produtor também da terceira idade, tende à fidelização, principalmente se a qualidade do atendimento e do produto e os preços forem satisfatórios.

As diferenças apresentadas entre pessoas casadas e a renda obtida mensalmente ocorrem por fatores de desigualdade salarial de gênero. No Brasil o responsável pela desigualdade de

renda é o mercado de trabalho, porquanto homens e mulheres, exercendo a mesma função ou cargo no âmbito privado, muitas das vezes recebem salários diferentes. Isso evidencia um dos fatores limitantes para o desenvolvimento igualitário da mulher no ambiente do trabalho: a ausência de política pública de igualdade salarial. Além de executar as mesmas atividades laborais dentro da empresa, os impasses no âmbito do gênero feminino, no entendimento do empregador, são por questões de maior apresentação de atestados no trabalho, devido a consultas médicas acerca de cuidado da saúde da mulher e de seus filhos, a violência intradomiciliar, entre outros fatores. Nesse sentido, quanto maior a renda, maior é a possibilidade de formar um lar, pensamento que predomina na sociedade urbana capitalista.

A diferença de gênero, entre homem e mulher, foi construída historicamente, com caráter de poder do homem sobre a mulher. Construiu-se a noção de que ele tinha o dever de prover todas as necessidades básicas da casa, enquanto que à mulher cabia o cuidar das atividades domésticas e familiar. No entanto, com as lutas para desconstruir essa visão patriarcal, a presença da mulher casada tem aumentado no mercado de trabalho, realidade que se modifica por questões econômicas e culturais, além da diminuição da discriminação da diferença salarial entre os comportamentos sociais de gênero. Essas transformações no padrão de comportamento fazem com que as mulheres de baixa renda ingressem no mercado de trabalho em busca de autonomia para garantir a sobrevivência familiar.

Assim, o rendimento das mulheres casadas contribui para a desconstrução da desigualdade de renda no âmbito familiar, porque o potencial econômico delas muda a dinâmica no contexto doméstico. Elas buscam melhor conforto para si e seus filhos, lazer, educação, saúde, promovendo, por meio da renda, uma qualidade de vida. O bem estar não depende apenas da renda, mas, muitas das vezes, possuem o objetivo de suprir as necessidades dos membros familiares. Um outro fator relevante é a Política Educacional, que, por meio da inclusão, faz com que as mulheres se qualifiquem e se insiram no mercado de trabalho com maior renda, logo, o sistema educacional beneficia a igualdade de gênero, modificando valores morais e éticos.

Em uma perspectiva positiva, os rendimentos de esposas e maridos no âmbito doméstico, principalmente a contribuição das esposas, diminuem a desigualdade de gênero. Desse modo, o rendimento do trabalho das mulheres passou a contribuir cada vez mais, obtendo relevância significativa para o orçamento familiar. (MACHADO; RIBEIRO, 2018, p. 107).

Evidenciou-se, a partir desta pesquisa, que o grupo de horticultores casados somam a renda mensal, juntamente com a renda extra da venda das hortaliças, dividindo as despesas fixas mensais. Essa dinâmica contribui para uma vida familiar mais digna.

Este fato se concretiza nas instituições familiares, nas quais há tendência a se casar com pessoas que têm as mesmas características socioeconômicas. Portanto, essas relações entre casamento e renda acontecem, geralmente, entre pessoas do mesmo nível educacional, necessitando da participação das mulheres no mercado de trabalho. (PEREIRA; SANTOS, 2017, p. 362).

Historicamente, no Brasil, a Educação Formal Básica era de difícil acesso devido à logística, ao território geográfico, à falta de transporte, entre outros fatores, que tinham como elemento principal o trabalho, porquanto muitas famílias residiam em áreas rurais, com baixa escolaridade. Havia a necessidade de trabalhar nas lavouras e era difícil o acesso ao ensino básico e muitos tinham que apoiar os pais nos trabalhos domésticos, cuidados dos irmãos, e vivenciarem o trabalho informal para contribuírem no sustento e orçamento familiar.

Em relação à escolaridade, sua ausência é um dos fatores predominantes: o maior percentual dos entrevistados não concluiu o Ensino Fundamental. Notou-se que essa realidade se justifica pela dinâmica no contexto familiar, em que muitos constituem precocemente novos arranjos familiares e necessitam trabalhar para contribuir no sustento familiar. Nesse contexto, os níveis educacionais e a alta persistência da desigualdade de rendimentos prejudica a possibilidade de combater as vulnerabilidades social e econômica dos agricultores. Entretanto, o sistema educacional tem capacidade de somar a produtividade no trabalho, minimizando a desigualdade de renda, e esta renda pode ser compreendida em um contexto de quanto maior a qualificação e escolaridade, logo, maior a renda.

Diversos fatores, como condições socioeconômicas, as oportunidades, a localização geográfica, a participação da família no progresso escolar, a compatibilidade e a inserção ao mercado de trabalho, influenciam o nível educacional e o desempenho escolar. Logo, uma alternativa para minimizar os impactos de desigualdade é a efetividade de política pública de educação e qualificação profissional. (LEON; FILHO, 2013, p.418).

No contexto urbano, a escolaridade aumenta a competitividade de trabalho, fazendo com que as pessoas se qualifiquem cada vez mais. Por meio da educação formal, a competitividade também é vista entre os gêneros femininos e masculinos, inclusive as mulheres tem maior adesão e frequência nas Escolas e Universidades, porém, ao relacionar este contexto ao âmbito rural, é possível observar uma dinâmica com maiores vulnerabilidades, dificultando o acesso ao sistema educacional.

Há também a baixa renda per capita regional e a baixa escolaridade. Mas para mudar este cenário, faz-se necessário a efetivação e o acesso da política educacional e profissional.

Esta mudança é fundamental para o processo de formação de conhecimento, habilidades, oportunidade de aumento educacional e de remuneração mais alta para o capital humano.

Retornando para o contexto das hortas, esta pesquisa evidenciou que as práticas sustentáveis de manejo biológico e adubação do solo no preparo de canteiros nas hortas comunitárias têm se tornado uma alternativa excelente para a produção de hortaliças, principalmente os adubos orgânicos de origem animal, como avicultura, bovinos e a compostagem de restos de alimentos domésticos.

Além do adubo verde, os resíduos das podas de árvores, nos centros urbanos, por sua vez, contribuem com o fornecimento de nutrientes, por exemplo, o nitrogênio. Outro exemplo é a compostagem, com relevante importância porque contribui na absorção de água e de nutrientes fundamentais para as plantas, diminuindo os custos da produção.

Os dados coletados mostram que a falta de assistência técnica pode contribuir para o mau uso e manejo do solo. No quesito de acidez, patógenos surgem, por meio dos esterco ou adubos orgânicos utilizados, e diretamente podem comprometer a saúde e a qualidade das plantas e daqueles que as consomem, porque a maioria da produção é consumida *in natura*.

Outro fator importante é a ausência de adubos orgânicos, seja de origem de frango ou bovina, para a manutenção nos canteiros. Isso compromete a produção pois produzem hortaliças de má qualidade para o consumo e a comercialização.

A agricultura urbana, por meio de hortas comunitárias, no sistema de produção e com o uso de adubos orgânicos, tem vários benefícios para a sustentabilidade, a preservação do meio ambiente, e para as mudanças no hábito alimentar, na saúde dos horticultores e consumidores.

Portanto, os adubos orgânicos contribuem para o aumento da produtividade por ser capaz de manter a fertilidade do solo. Eles protegem e melhoram as propriedades físicas, químicas e biológicas, desse modo, os horticultores podem cultivar variedades de hortaliças, plantas medicinais e condimentos, evitando a monocultura e contribuindo positivamente para sua produção. (ESPÍNDOLA; GUERRA, *et al.*, 1997, p.17).

O contexto social relacionado às hortas urbanas tem cumprido a sua função, em especial a questão da segurança alimentar familiar que, segundo os entrevistados, tem garantido a disponibilidade de alimentos às famílias envolvidas a curto, médio e longo prazo. A questão da geração de renda também é um fator relevante e se aproxima do contexto social, visto que a renda eleva a autonomia de sobrevivência das pessoas envolvidas na produção. No entanto, outros fatores, também relevantes, devem ser observados quando se trata da inserção dessas pessoas nas hortas familiares, em especial a relação interpessoal do indivíduo com o grupo ao qual pertence e os impactos que essa relação provoca nas pessoas.

A pesquisa de campo realizada nesta dissertação evidenciou essa situação, uma vez que foi recorrente, nos discursos das pessoas entrevistadas, os benefícios mentais percebidos por eles, especialmente durante o período pandêmico do novo Corona vírus SARS-COV-2. Durante esse período, o contato social foi significativamente diminuído e provocou alterações psicológicas em várias profissões. Vasconcelos *et al.* (2020) descrevem que muitas pessoas desenvolveram quadros como medo, tensão, raiva e desconfiança. Contudo, as hortas urbanas atenuou esse problema, conforme observado no relato dos entrevistados. A afirmação pode ser corroborada, segundo a Organização Mundial da Saúde (2022), devido à realização de rotinas e tarefas regulares que exercitem o corpo, similar às praticadas nas hortas de forma cotidiana. Além disso, os momentos para o diálogo, a interação entre os produtores, ainda que mantendo distância, e a realização de atividade física colaboraram na redução dos efeitos psicológicos da restrição ocasionada pela COVID. Neste contexto, é provável que os afazeres diários ajudaram a combater o marasmo e a tristeza muitas vezes observado no meio urbano.

A satisfação com o trabalho nas hortas pode também estar residindo no fato de que, em sua maioria, os participantes possuíam baixa escolaridade. Esta situação, atrelada a outros fatores, como a elevada idade e arranjo familiar, pode estar influenciando na dificuldade de inserção no mercado de trabalho e atuando como fator limitador na busca de novas oportunidades profissionais. Assim, uma vez que se tenha percepção dessas dificuldades, a inserção, o aceite e a permanência no grupo resultaram em satisfação pessoal com a atividade laboral executada. Conforme aponta Curvelo *et al.* (2016), pessoas com idade acima dos 30 anos e associadas a baixos índices de escolaridade possuem maiores dificuldades de encontrar vagas no mercado de trabalho formal com boas remunerações. No Brasil, a segregação torna essa empreitada ainda mais difícil. Por isso, a renda obtida na informalidade se constitui como uma forma importante de sobrevivência para esse grupo de pessoas, além de ser um tipo de sustento possível, geralmente próximo de suas residências e com horários flexíveis.

Esse tipo de atividade proporciona novas perspectivas às pessoas e populações excluídas do acesso ao trabalho, auxiliando na construção de princípios e valores, como a educação solidária, a organização e a gestão, os direitos e as responsabilidades, além de contribuir para as organizações coletivas voltadas em modelos de produção e consumo. A pobreza, a exclusão social e ausência de oportunidades de emprego impõe desafios que devem ser enfrentados com a efetivação de políticas públicas, visto que a ausência de postos de trabalho contribui para o desemprego e as desigualdades sociais, aumentando a pobreza.

Assim é possível considerar, a partir do presente estudo, que a felicidade pelo trabalho realizado em consonância com as atividades físicas e as relações sociais construídas podem de fato ter reduzido o estresse durante o período pandêmico.

A felicidade que surge na relação de trabalho nas hortas traz ao indivíduo inúmeros benefícios e é oriunda da sua satisfação com elementos do ambiente e da sua relação com os colegas. O resultado da avaliação do indivíduo sobre suas experiências no trabalho, as quais ele pode considerar como agradáveis ou positivas, inclui os componentes afetivos ou emocionais. Este conjunto, por sua vez, pode gerar desempenho positivo na auto avaliação do indivíduo em relação àqueles que não estão satisfeitos em seu trabalho.

Quanto à reinserção no mercado de trabalho, esta representa, para esse grupo de pessoas excluídas, oportunidades laborais que incorporam elementos mais relevantes do que os salários e benefícios, pois agregam as expectativas e o resgate da dignidade dos participantes.

Conforme pesquisa, os horticultores dedicam diariamente um tempo significativo para produzir as variedades de hortaliças, plantas medicinais e condimentos. Dessa forma, esse sistema de produção tem função importante para garantir a segurança alimentar e nutricional, além de obter baixo custo.

Com olhar específico para a produção de plantas medicinais nas hortas comunitárias, mesmo em uma proporção mínima, a cultura milenar da medicina natural e independente da indústria farmacêutica faz com que os horticultores restaurem a saúde preventiva e se reconectem com a natureza.

A produção de hortaliças, nos espaços vazios urbanos, promove uma nova compreensão da importância para a mudança comportamental dos hábitos alimentares. Isto faz com que as famílias comecem a consumir, com maior frequência, alimentos saudáveis, nutritivos e essenciais para uma vida saudável.

A variedade de hortaliças pode ser classificada como folhosas, condimentares, leguminosas, frutos, raízes, bulbos, tubérculos. Para o devido cultivo, por sua vez, alguns fatores são importantes, como o clima, a temperatura e a umidade. Algumas hortaliças possuem características próprias no que se refere ao clima, apresentando melhor adaptação ao verão ou ao inverno. No Brasil, o clima subtropical e tropical é favorável nas diversas regiões do país, possibilitando a produção de diversas variedades de hortaliças.

Para atender a um dos objetivos básicos do desenvolvimento sustentável, é possível suprir a necessidade de sobrevivência e a expectativa das demandas alimentares, produzindo seu próprio sustento e reduzindo o empobrecimento.

Desse modo, o cultivo nas hortas comunitárias é uma alternativa para pequenos horticultores. Para obterem bons resultados, estes devem conhecer as potencialidades e as limitações do solo, que se modifica devido à produção em pequena escala. Porém, o retorno financeiro é rápido, porquanto as famílias têm consumido cada vez mais alimentos saudáveis e orgânicos.

No contexto ambiental, social e econômico, as hortas comunitárias urbanas promovem a biodiversidade e a segurança alimentar por ofertarem um alimento mais nutritivo e sem uso de agrotóxicos. Essa característica proporciona, por meio do planejamento urbano, a revitalização dos espaços públicos, melhorando a qualidade do ar.

Na percepção dos entrevistados, as hortas disponibilizam alimento saudável e aprendido, o que ocorre por meio das atividades executadas nestes espaços. As pessoas idosas possuem maior participação nas hortas com o objetivo de buscar o Bem Estar Físico e Mental, e isso ocorre devido a vários fatores na atividade laboral, os quais proporcionam a autonomia do indivíduo, prevenção de doenças psicossomáticas, a interação social, a satisfação de preparar a terra e cultivar as plantas, o caráter terapêutico de aliviar as angústias e tristezas por meio dos cultivos. Além disso, também possibilitam que essa parcela da população se sinta útil ao meio ambiente, ou seja, ocupam um espaço de produção, além do compromisso de estar diariamente como uma rotina de atividades.

Para além dessas benesses, as hortas urbanas também apresentam diversos benefícios aos horticultores e consumidores: gera economia, fornece alimentos nutritivos e orgânicos, proporciona a interação entre os horticultores, o clima se torna mais agradável e fresco, revitaliza os vazios urbanos. Todos estes fatores contribuem para a qualidade de vida dos horticultores e a população que consomem os produtos.

Em contraste com esse cenário, a pesquisa mostrou que vários fatores contribuem negativamente nas hortas comunitárias quanto ao âmbito social, econômico e ambiental. O primeiro e mais importante nesse caso, é a ausência do Poder Público, o qual não concede o subsídio necessário para garantir a produção, o consumo e a comercialização das hortaliças. Um outro fator que chama atenção é a falta de organização dos horticultores por não implementarem uma Associação para direcioná-los em relação às regras e normas dentro do espaço das hortas.

Também a infraestrutura precária nesses espaços e a ausência de segurança pública contribuem diretamente com os furtos de hortaliças, comprometendo o orçamento dos horticultores. Outros fatores que comprometem o manejo da produção e comercialização é o

alto custo dos insumos, os adubos orgânicos para o preparo dos canteiros e a falta de assistência técnica em parcerias com instituições governamentais ou não governamentais.

O Poder Público deve combater a fome e a pobreza porque a alimentação é um direito humano e deve ser garantido no âmbito Federal, Estadual e Municipal. Não se pode ignorar o contexto histórico sobre os direitos humanos, logo, o conhecimento do saber nas diversas áreas do conhecimento, como a área social, cultural, ecológica, econômica e das políticas públicas, permitem aos horticultores a capacidade de aprender, contribuindo para o trabalho coletivo, mesmo diante dos desafios existente. A vinculação entre as diversas áreas do conhecimento interdisciplinar, adquire diversas formas de interpretação da natureza e suas relações socioculturais.

Os horticultores tem enfrentado diversos desafios na produção, no consumo e na comercialização em suas atividades cotidianas nas hortas comunitárias urbanas. Esses fatores contribuem para a vulnerabilidade social e econômica.

Por isso é importante a existência de ações governamentais de combate à pobreza, que devem ser prioridade em investimentos, buscando o aumento da renda dos mais pobres, promovendo o crescimento econômico e a distribuição de renda. Isso pode ser feito ao se criar novas vagas de empregos de forma efetiva. Essas ações de combate à fome envolvem muitas outras questões, como investimentos em saúde, em educação, em saneamento básico, em distribuição de alimentos, em transferência direta de renda para as famílias, condicionada à frequência escolar, e a assistência à saúde preventiva. Essas são condições básicas para se alcançar a erradicação da fome e da desnutrição (MONTEIRO, 2003).

Não existe um conceito definido de vulnerabilidade social, logo, a vulnerabilidade pode ser estigmatizada, avaliada pela falta ou ausência de acesso aos serviços públicos como: habitação, alimentação, educação, segurança pública, falta de oportunidades de inclusão ao mercado de trabalho, entre outros fatores.

O conceito de vulnerabilidade social usada pela Política Nacional de Assistência Social (PNAS) possui diversas interpretações. Por conseguinte, pode caracterizar a culpabilidade pela situação de pobreza, levando à vitimização e à precarização. Na sociedade atual, ao se potencializar as habilidades, as capacidades, as oportunidades e a valorização humana é possível mitigar as vulnerabilidades sociais, ou seja, reduzir as fragilidades e capacitar as potencialidades, fortalecendo, assim, a proteção social por meio dos serviços socioassistenciais (SPOSATI, 2009).

Compreender o trabalho dos horticultores nas hortas comunitárias urbanas, em uma perspectiva interdisciplinar, é importante porque a maioria deles trazem o conhecimento

empírico, com base em práticas cotidianas e repassando de forma Intergeracional para efetuar sua produção, seu consumo e seu comércio.

Deve-se, portanto, efetivar a Política Pública de Segurança Alimentar e Nutricional e a Política de Geração de Renda por meio das Hortas Comunitárias Urbanas, em parcerias com as demais Secretarias Municipais, como: Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Secretaria de Segurança Pública, Secretaria de Saúde, Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Educação, Secretaria de Urbanismo, Secretaria do Meio Ambiente, Autarquia Águas de Sarandi, entre outras Secretarias, tanto no âmbito Interdisciplinar quanto Intersetorial. Essa parceria proporciona aos cadastrados neste programa a possibilidade de superar as condições de pobreza.

Neste contexto, as famílias pobres e vulneráveis enfrentam inúmeras privações materiais (condições objetivas), por exemplo, a ausência de acesso aos serviços públicos e a uma renda significativa. Também vivenciam aspectos psicossociais (condições subjetivas), como suas escolhas, valores éticos e políticos, qualificação, competência, os quais impedem a superação da pobreza. Uma forma de superação das condições limitadas pela pobreza é promover relações sociais, intrafamiliares e comunitárias, potencializar e fortalecer a autonomia, o empoderamento, as competências, a capacidade e as habilidades das famílias (BRONZO, 2009).

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As hortas comunitárias urbanas possibilitam um ambiente mais verde e saudável, e nelas desenvolve-se atividades ecológicas e pedagógicas, auxiliando no processo ensino aprendizagem por meio do trabalho coletivo entre os horticultores. Nesse contexto, é essencial fortalecer os horticultores e incentivar a população a consumir alimentos saudáveis.

Em uma perspectiva econômica, o modelo de produção em escala mediana, devido ao pouco recurso financeiro dos horticultores, além do processo logístico e produção, geram impasses negativos, uma vez que os horticultores não conseguem atender o comércio local em sua amplitude, devido à falta de produtos, o que impede o fortalecimento da geração de renda familiar.

Já na perspectiva ambiental, a Agricultura Urbana é compreendida como elemento de planejamento urbano sustentável, enquanto os aspectos ambientais perpassam o desenvolvimento territorial e revitalizam os espaços vazios urbanos.

No âmbito social, o projeto de hortas comunitárias urbanas gera renda, diminui as vulnerabilidades social e econômica, e a família participante passa a ser considerada uma comunidade, na qual a mulher exerce sua autonomia e papel de responsável familiar. Logo, as hortas comunitárias são projetos essenciais de inclusão.

É possível desenvolver a sustentabilidade local, atender o comércio, os programas governamentais de segurança alimentar e nutricional por meio das Hortas Comunitárias Urbanas. Isso é possível porquanto as hortas têm grande potencial de produção, desde que atendidas normas e regras dentro destes espaços. Elas produzem alimentos frescos e nutritivos, de baixo custo, e todo o valor arrecadado deve ser rateado entre os horticultores, contribuindo para maior qualidade de vida, além do aumento do orçamento doméstico, superando as vulnerabilidades socioeconômicas.

Referente ao gênero feminino, as hortas proporcionaram melhoria na saúde e em recursos financeiros, enquanto que para o gênero masculino gerou renda e melhoria na saúde. Dessa forma, os horticultores são pessoas em vulnerabilidade social, que tiveram um histórico de vida com múltiplas privações de direitos básicos e resistiram por meio das atividades desenvolvidas nas hortas comunitárias.

Portanto a Lei Nº. 10.257/2001 – Estatuto da cidade preconiza que a política urbana, tem o dever de desenvolver funções sociais, a segurança, o bem estar da população, o equilíbrio ambiental, garantindo o direito a cidades sustentáveis para a presente e futuras gerações. Assim, conta com a participação da população, das associações, e de diversos segmentos da

comunidade local (pessoas idosas, mulheres, homens, adultos, pessoas com deficiência, crianças e adolescentes), por meio da gestão democrática, em busca de formular, executar e acompanhar os planos, programas e projetos de desenvolvimento de interesse social.

Foi possível identificar que a temática é relevante e vem sendo estudada em diversas perspectivas, conforme discutido nesta dissertação. A minimização da pobreza, o fortalecimento da segurança alimentar e nutricional, a participação das mulheres, a geração de renda, o fortalecimento comunitário, o planejamento urbano, a revitalização dos espaços vazios urbanos, entre outros, são benefícios dessas hortas.

Os resultados mostram que as hortas comunitárias urbanas são espaços de cultivo produção, consumo, comercialização, ocupação laboral, e que promovem o alimento saudável, nutritivo e orgânico, adequado ao consumo humano, com baixo custo.

Com relação à gestão das hortas comunitárias urbanas, há uma fragilidade institucional, por falta de apoio por meio de recursos orçamentários e falta de equipamentos (ferramentas, sombrite, adubos orgânicos, mudas, etc.). Estes fatores comprometem a renda dos horticultores, além de dificultar o processo de produção, consumo e comercialização.

Diante deste contexto, e com base no conhecimento Interdisciplinar, faz-se necessário a parceria entre outras Secretarias e Políticas Sociais, como: Saúde, Educação, Meio Ambiente, Urbanismo, Assistência Social, Segurança Pública, Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Poder Público Municipal.

Essa parceria é necessária para fomentar o apoio aos grupos mais vulneráveis, estabelecer metodologia de trabalho, proporcionar o planejamento da produção com orientação e a assistência técnica por meio de cursos de formação continuada. Essas são formas de fortalecer a produção comunitária, a preservação da biodiversidade e dos recursos naturais. A inserção dessas políticas públicas necessita vislumbrar a organização desse grupo de horticultores, e também tornar mais facilitada a busca por parcerias de compra e venda direta com os comerciantes locais e feiras livres, garantindo a renda familiar e a melhoria da qualidade de vida dos envolvidos e a implementação de cooperativa dos horticultores.

Nos anos de 2019 e 2020 houve maior procura pela participação diante do cenário Mundial do momento Pandêmico (SARS-COV-2) no qual muitas famílias perderam sua fonte de renda. Nesse contexto, a maioria dos que começaram a participar das hortas (81,03%) nunca havia trabalhado na produção de hortaliças e o aprendizado ocorreu por meio do diálogo de saberes, da oralidade e das experiências empíricas dos demais horticultores.

Algumas sugestões para as pesquisas futuras a questão da faixa etária: pessoas idosas acima de 60 anos de idade e do sexo masculino foram mais predominantes na participação do

programa das hortas, elas merecem um estudo aprofundado. Quanto a participação das mulheres neste programa e suas multitarefas cotidianas, suas condições objetivas e subjetivas, é necessário um trabalho de compreensão desta dinâmica no cotidiano de trabalho e de vida.

No entanto, é necessário que se estabeleça, pelas várias esferas do poder público no Brasil, um contingente de política pública de geração de renda mais efetivo, que possa provocar alterações nos impactos sociais e ambientais entre as famílias cadastradas no Programa das Hortas Comunitárias. A inserção das políticas necessita vislumbrar a organização desse grupo de horticultores, e também tornar acessível a busca por parcerias de compra e venda direta com os comerciantes locais e as feiras livres, garantindo a renda familiar e a melhoria da qualidade de vida dos envolvidos.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. Desenvolvimento sustentável: qual a estratégia para o Brasil? *Novos est.*, São Paulo, v. 87, p. 97-113, jul. 2010.

ALPACA, Nathalie Hanna. **Participação de mulheres no mercado de trabalho é 20% inferior à dos homens.** CNN. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/business/participacao-de-mulheres-no-mercado-de-trabalho-e-20-inferior-a-dos-homens/>>. Acesso em: 24 jan. 2023.

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia:** a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. 4. ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2004.

ANACLETO, Adilson; COELHO, Anderson P.; CURVELO, Eder Bruno C. As mulheres empreendedoras e as feiras livres no litoral do Paraná. *Revista Faz Ciência*, v. 18, n. 27, p. 125, 2016, disponível em <<https://e-revista.unioeste.br/index.php/fazciencia/article/view/12778>>, acesso em: 13 jun. 2023.

AQUINO, Adriana Maria de; ASSIS, Renato Linhares de. Agricultura orgânica em áreas urbanas e periurbanas com base na agroecologia. *Ambiente & Sociedade*, Campinas, v. 10, n. 1, p. 137-150, jan./jun. 2007. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/asoc/a/NxDQgVhmCTLXXMW5QN3VVBL/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em: 23 out. 2021.

ARANHA, Adriana Veiga. (org.). **Fome Zero:** uma história brasileira. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Assessoria Fome Zero, 2010. Disponível em: <<https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/Fome%20Zero%20Vol1.pdf>>. Acesso em: 8 set. 2022.

ARRUDA, Juliana. **Agricultura urbana e peri-urbana em Campinas/SP:** análise do programa de hortas comunitárias como subsídio para políticas públicas. 2006. 147 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Agrícola) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

AZEREDO, Beatriz; RAMOS, Carlos Alberto. Políticas públicas de emprego: experiências e desafios. *Planejamento e Políticas Públicas*, Rio de Janeiro, n. 12, p. 91-116, jun./dez. 1995. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/142>>. Acesso em: 22 set. 2022.

BELIK, Walter. Perspectivas para segurança alimentar e nutricional no Brasil. *Saúde soc.*, São Paulo, v. 12, n. 1. p. 12-20, jan./jun. 2003. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/sausoc/a/y9DcgRjXh7V9YPDKqdqHCK/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 27 set. 2022.

BRANCO, Marina Castelo; ALCÂNTARA, Flávia A. de. Hortas urbanas e periurbanas: o que diz a literatura brasileira? *Hortic. Bras.*, Campinas, v. 29, n. 3, p. 421-428, jul./set. 2011. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/hb/a/BBhZ9hvsDdRCbwd9mQF87ZQ/abstract/?lang=pt&format=html>>. Acesso em: 24 out. 2021.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 11 out. 2022.

BRASIL, **Guia de geração de trabalho e renda**: nova perspectiva na elaboração de políticas, programas e projetos de geração de trabalho e renda. Brasília, DF: Fundação Banco do Brasil; São Paulo: Instituto de Políticas Públicas Florestan Fernandes, 2008.

BRASIL, **Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; UNESCO, 2009. Disponível em: [https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Livros/concepcao\\_gestao\\_protecaosocial.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Livros/concepcao_gestao_protecaosocial.pdf). Acesso em: 11 out. 2022.

BRASIL, **Fome Zero e Agricultura Sustentável**. Disponível em <<https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/2>>. Acesso em: 21 abr. 2022.

BRASIL, Lei nº. 11.346 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: Seção 1. Brasília, DF, 18 set. 2006. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111346.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111346.htm)>. Acesso em: 23 abr. 2022.

BRASIL, **Lei nº. 10.257 de 10 de julho de 2001**. Regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/110257.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110257.htm). Acesso em: 03 Marc. 2023.

BRASIL, **Lei nº. 10.741 de 01 de outubro de 2003**. Dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/110.741.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.741.htm). Acesso em: 03 marc. 2023.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social PNAS/2004**. Norma Operacional Básica NOB/SUAS. Brasília, DF, nov. 2005. Disponível em: <[https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Normativas/PNAS2004.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf)>. Acesso em: 18 ago. 2022.

BRONZO, Carla. Vulnerabilidade, empoderamento e metodologias centradas na família: conexões e uma experiência para reflexão. In: Ministério do Desenvolvimento Sustentável. **Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. UNESCO, 2009. p. 171-204.

BRÜGGEMANN, Odalea Maria; PARPINELLI, Mary Ângela. Utilizando as abordagens quantitativas e qualitativas na produção do conhecimento. **Rev. esc. enferm.** São Paulo: USP, v. 42, n. 3, p. 563-568, set. 2008. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/reeusp/a/wRcfDRsqkfyzmf5CMYVMm7M/?lang=pt>>. Acesso em: 7 set. 2022.

- CEREALI, Mariana; WIZIACK, Suzete Rosana de Castro. Hortas em espaços urbanos como ferramenta de Educação Ambiental, segurança alimentar e qualidade de vida. **Revbea**, São Paulo, v. 16, n. 3, p. 473-488, 2021.
- COHN, Amélia. Políticas sociais e pobreza no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**, Rio de Janeiro, n. 12, p. 1-19, jun./dez. 1995. Disponível em: <[http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4017/1/PPP\\_n12\\_PoliticSociaisPobreza.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4017/1/PPP_n12_PoliticSociaisPobreza.pdf)>. Acesso em: 10 out. 2022.
- CORREA, Carina Julia P.; TONELLO, Kelly Cristina; NNADI, Ernest; ROSA, Alexandra G. Semeando a cidade: histórico e atualidades da agricultura urbana. **Ambient. soc.**, São Paulo, v. 23, p. 1-22, 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/as/oc/a/D9jj4kzfltzqKwWqbKxVhnc/?lang=pt>>. Acesso em: 23 out. 2021.
- COUTINHO, Maria Neves; COSTA, Heloisa Soares de Moura. Agricultura urbana: prática espontânea, política pública e transformação de saberes rurais na cidade. **Geografias Artigos Científicos**, Belo Horizonte, v. 7, n. 2, p. 81-97, jul./dez. 2011.
- CURAN, Roberta Moraes; MARQUES, Paulo Eduardo Moruzzi. Multifuncionalidade da agricultura urbana e periurbana: uma revisão sistemática. **Estud. av.**, São Paulo, v. 35, n. 101, p. 209-224, 2021. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ea/a/KLxvJknRQCj9pXzK4kSNxQC/>>. Acesso em: 13 jun. 2023.
- ESPÍNDOLA, J. A. A.; GUERRA, J. G. M.; ALMEIDA, D. L. de. **Adubação verde:** Estratégia para uma agricultura sustentável. Seropédica: Embrapa-Agrobiologia, 1997. 20p. (Embrapa-CNPAB. Documentos, 42).
- FREIRE, C.; RAMOS, I. J.; REGO, C.; DIONISIO, A.; BALTAZAR, M. de S.; LUCAS, M. R. Agricultura urbana: impactos econômicos, sociais e ecológicos. In: CONGRESSO APDEA, 8., ENCONTRO LUSÓFONO ECONOMIA, SOCIOLOGIA, AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL, 2., 2016. Coimbra, Portugal. **Anais**. Coimbra, Portugal: ESADR/APDEA, 2016. p. 1-20. Disponível em: <[http://www.bibliotecahortasurbanas.ibict.br/jspui/bitstream/123456789/32/1/Freire%20et%20all\\_Agricultura%20Urbana\\_ESADR%202016.pdf](http://www.bibliotecahortasurbanas.ibict.br/jspui/bitstream/123456789/32/1/Freire%20et%20all_Agricultura%20Urbana_ESADR%202016.pdf)>. Acesso em: 12 out. 2022.
- GALINDO, E.; TEIXEIRA, M. A.; ARAÚJO, M.; MOTTA, R.; PESSOA, R.; MENDES, L.; RENNÓ, L. Efeitos da pandemia na alimentação e na situação da segurança alimentar no Brasil. **Food for Justice Working Paper Series**, Berlin, Food for Justice: Power, Politics, and Food Inequalities in a Bioeconomy, v. 4, n. 2. p. 1-56, 2021. Disponível em: <<https://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/files/relatorio%20pesquisa%20Berlim%20UFMG.pdf>>. Acesso em: 13 jun. 2023.
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- GREBMER, K. von; BERNSTEIN, J.; WIEMERS, M.; SCHIFFER, T.; HANANO, A.; TOWEY, O.; CHÉILLECHAIR, R. N.; FOLEY, C.; GITTER, S.; EKSTROM, K.; FRITSCHER, H. Autores convidados: SMITH, D.; DELGADO, C. Instituto Internacional de Estudos para a Paz de Estocolmo. **Índice Global da Fome:** fome e sistemas alimentares em cenários de conflitos. 2021, p. 25 - 41. Disponível em <<https://www.globalhungerindex.org/pdf/pt/2021.pdf>>. Acesso em: 14 fev. 2023.

IBGE. **Pessoa idosas no Brasil**. Disponível em:

<<https://www.ibge.gov.br/busca.html?searchword=PESSOAIDOSAS+NO+BRASIL>>.

Acesso em: 03 Mar. 2023.

KOTLER, Philip; KELLER, Kevin L. **Marketing Management**. New Jersey: Prentice-Hall, 2011. 816p.

LEON, Fernanda Leite Lopes de; MENEZES-FILHO, Naércio Aquino. Reprovação, Avanço e Evasão Escolar no Brasil. **Repositório do Conhecimento do Instituto de Pesquisa Econômicas e Aplicadas (IPEA). PPE**. V. 32, n. 03, 2013. Disponível em:

<[https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4286/1/PPE\\_v32\\_n03\\_Reprovacao.pdf](https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4286/1/PPE_v32_n03_Reprovacao.pdf)>.

Acesso em: 05 mar. 2023.

MACHADO, Altair Toledo; MACHADO, Cynthia Torres de Toledo. **Agricultura urbana**. Planaltina, DF: Embrapa Cerrados, 2002.

MALUF, Renato S.; MENEZES, Francisco; VALENTE, Flávio L. Contribuição ao tema da segurança alimentar no Brasil. **Caderno de Segurança Alimentar**, Campinas, v. 4, p. 66-88, 1996. Disponível em:

<[https://sswm.info/sites/default/files/reference\\_attachments/MALUF%20](https://sswm.info/sites/default/files/reference_attachments/MALUF%20et%20al%20(1996).pdf)

[et%20al%20\(1996\).pdf](https://sswm.info/sites/default/files/reference_attachments/MALUF%20et%20al%20(1996).pdf)>. Acesso em: 22 out. 2022.

MELO, Natália Calais Vaz de; FERREIRA, Marco Aurelio Marques; TEIXEIRA, Karla Maria Damiano. Condições de vida dos pessoa idosas no Brasil: uma análise a partir da renda e nível de escolaridade. **Oikos: Revista Brasileira de Economia Doméstica**, Viçosa, v. 25, n. 1, p. 004-019, 2014. Disponível em: <<https://www.locus.ufv.br/handle/123456789/13829>>. Acesso em: 03 Mar. 2023.

MINAYO, Maria Cecília. DESLANDES, Suely Ferreira; CRUZ NETO, Otávio; GOMES, Romeu. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 21. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

MONTEIRO, Carlos Augusto. Fome, desnutrição e pobreza: além da semântica. **Saude soc.**, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 7-11, jan./jun. 2003.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **As normas da OIT e a COVID-19 (coronavírus)**. Brasília, DF: OIT, 23 mar. 2020. Disponível em: <[https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/---ilo-brasilia/documents/publication/wcms\\_745248.pdf](https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/---ilo-brasilia/documents/publication/wcms_745248.pdf)>. Acesso em: 27 set. 2022.

PELLIZON, Simone Aparecida. Hortas comunitárias: um novo paradigma na produção e consumo de alimentos nas áreas urbanas. **Revista Orbis Latina**, Foz do Iguaçu, v. 7, n. 2, p. 4-20, jul. 2017. Disponível em: <<https://revistas.unila.edu.br/orbis/article/view/818/669>>. Acesso em: 15 out. 2022.

PEREIRA, Luciene; SANTOS, Cezar. Casamentos Seletivos e Desigualdade de Renda no Brasil. **Articles. Rev. Bras. Econ.** v. 71, n. 3, p.361-377, jul-Set.2017. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbe/a/mwRZFPhSzWVY9nXc6DQRKjd/?format=html>>. Acesso em: 05 mar. 2023.

PESSANHA, Lavínia Davis Rangel. **A experiência brasileira em políticas públicas para a garantia do direito ao alimento**. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Ciências Estatísticas, Departamento de Ensino e Pesquisa, 2002.

RODRIGUES, K. A. C.; ANACLETO, A.; OLIVEIRA, A. M. P.; MAIA, A. P.; SILVA, T. M. Women Shellfish Collectors: Economic and Social Implications of the Shellfish Extractivism Perna perna (Linnaeus) in Paraná Coast, Brazil. **International Journal of Business Administration**, v. 12, p. 34-44, 2021. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/publication/352020295\\_Women\\_Shellfish\\_Collectors\\_Economic\\_and\\_Social\\_Implications\\_of\\_the\\_Shellfish\\_Extractivism\\_Perna\\_perna\\_Linnaeus\\_in\\_Parana\\_Coast\\_Brazil](https://www.researchgate.net/publication/352020295_Women_Shellfish_Collectors_Economic_and_Social_Implications_of_the_Shellfish_Extractivism_Perna_perna_Linnaeus_in_Parana_Coast_Brazil)>. Acesso em: 13. jun. 2023.

SAMBUICHI, R. H. R.; MOURA, I. F.; MACHADO, J. G.; PERIN, G.. Contribuições do Programa de Aquisição de Alimentos para a segurança alimentar e nutricional no Brasil. **Texto para Discussão (IPEA)**, Brasília, DF, v. 2763, p. 1-59, 2022. Disponível em: <<https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/11194>>. Acesso em 13. jun. 2023.

SANTANDREU, Alain; LOVO, Ivana Cristina. **Panorama da agricultura urbana e periurbana no BRASIL e diretrizes políticas para sua promoção**: identificação e caracterização de iniciativas de AUP em regiões metropolitanas brasileiras. Belo Horizonte: FAO/MDS/SESAN/DPSD, 2007.

SARANDI (Município). **Lei Complementar nº. 213/2009**. Plano Diretor. Sarandi: Prefeitura Municipal de Sarandi, 2009.

SCHAPPO, Sirlândia. Fome e insegurança alimentar em tempos de pandemia da covid-19. **Ser Social: Alimentação, Abastecimento e Crise**, Brasília, DF, v. 23, n. 48, p. 28-52, jan./jun. 2021.

SERRA, Rose. A política pública de emprego, trabalho e renda: limites e possibilidades. **(Syn)Thesis**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 111-122, 2012. Disponível em <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/synthesis/article/view/7447>. Acesso em: 13. jun. 2023.

SOUSA, Tatiana de Oliveira; BAZZOLI, João Aparecido; DELGADO, Cecília. Agricultura urbana e alimentação: hortas urbanas em Palmas-TO. **Estudos Geográficos: Revista Eletrônica de Geografia**, Rio Claro, v. 18, n. 2, p. 89-111, 2020. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/publication/352001903\\_Agricultura\\_urbana\\_e\\_alimentacao\\_hortas\\_urbanas\\_em\\_Palmas-TO](https://www.researchgate.net/publication/352001903_Agricultura_urbana_e_alimentacao_hortas_urbanas_em_Palmas-TO)>. Acesso em: 13 jun. 2023.

SOUZA, B.F.N.J., BERNARDES, M.S., VIEIRA, V.C.R., FRANCISCO, P.M.S.B., MARINA, León L, CAMARGO, D.F.M. **(In)segurança alimentar no Brasil no pré e pós pandemia da COVID-19**: reflexões e perspectivas. *InterAm J Med Health*2020;3:e202101001. Disponível em <<https://www.iajmh.com/iajmh/article/view/160>>. Acesso em: 13 jun. 2023.

SPOSATI, Aldaíza. Modelo brasileiro de proteção social não contributiva: concepções fundantes. In: MDS. Ministério de Desenvolvimento Social e combate à fome. **Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil**. Brasília, DF: UNESCO, 2009. p. 13-55.

VASCONCELOS, C.; FEITOSA, I.; MEDRADO, P. L. R.; BARBOSA, A. P. O novo coronavírus e os impactos psicológicos da quarentena. **Revista Interdisciplinar da Universidade Federal do Tocantins**, vol. 7 (especial-3), 2020. 75-80. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/desafios/article/view/8816>. Acesso em: 03 marc. 2023.

VERGARA, Sylvia Constant. **Metodologia de pesquisa**. Rio de Janeiro: Atlas, 2015.

YASBEK, Maria Carmelita. O Programa Fome Zero no contexto das políticas sociais brasileiras. Vulnerabilidade e empoderamento e metodologias centradas na família: conexões e uma experiência para reflexão. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v, 18, n. 2, p. 104-112, jun. 2004. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/spp/a/zWvSrxLjdLrRtCGXFZVvWhH/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em 13 jun. 2023.